

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FERNANDA VALADA MACHADO

**O NEOLIBERALISMO E A CLASSE TRABALHADORA NOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Porto Alegre

2012

FERNANDA VALADA MACHADO

**O NEOLIBERALISMO E A CLASSE TRABALHADORA NOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho

Porto Alegre

2012

FERNANDA VALADA MACHADO

**O NEOLIBERALISMO E A CLASSE TRABALHADORA DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Para a minha mãe, Genilda, por ter me ensinado todos os valores que carrego comigo, de que sempre devemos buscar fazer o possível por um mundo justo, bom e melhor. Também para o meu irmão, Lucas, por estarmos sempre juntos nessa busca.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho, quero agradecer...

... Ao meu orientador, Eduardo Maldonado, pela paciência e pelas críticas que me incentivaram a buscar fazer um trabalho melhor;

... Aos companheiros do Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA) por estarmos juntos nessa luta por um curso de economia mais crítico ao pensamento hegemônico e pela militância por uma universidade para além do capital.

... Ao meu amigo Allan Garcia por todas as discussões e reflexões que tivemos juntos, e por enfrentarmos essa jornada conflitante dentro do curso de ciências econômicas sem nunca termos perdido os nossos ideais.

“A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em uma constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto.”

(MARX; ENGELS, 2001, p. 23)

RESUMO

As consequências políticas e econômicas do processo de implementação do neoliberalismo no nos Estados Unidos da América. O objetivo do trabalho consiste em demonstrar as consequências do neoliberalismo para a classe trabalhadora, analisando a concentração da renda total e da renda dos salários, as taxas de pobreza e o poder político das organizações dos trabalhadores. Com advento da crise da década de 1970 desencadeia-se o processo de dismantelamento do estado de bem-estar social, em que a classe trabalhadora obteve uma derrotada política e ideológica, e assim o seu padrão de vida foi deteriorado. Com a implementação das políticas neoliberais, a desregulamentação do sistema financeiro proporciona poderes ampliados ao setor, ocorrendo o processo de financeirização da economia. No contexto da luta de classes, a classe capitalista desenvolveu mecanismos para o retorno de sua hegemonia de poder, a qual estava sendo abalada durante a crise década de 1970. O crescimento dos salários reais não poderia mais acompanhar o aumento da produtividade do trabalho para que as perdas da crise recaíssem sobre a classe trabalhadora na balança de poder no sistema capitalista.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Classe trabalhadora. Estados Unidos da América. Concentração de Renda. Pobreza.

ABSTRACT

The political and economic consequences of the implementation process of neoliberalism at the United States of America. The objective is to demonstrate the consequences of neoliberalism for the working class, analyzing the concentration of total income and wage income, poverty rates and political power of trade unions. With the advent of the 1970 crisis triggers the process of dismantling the welfare state, in which the working class was defeated politically and ideologically, and so their standard of living has deteriorated. With the implementation of neoliberal policies, deregulation of the financial system provides broad powers to the sector, triggering the process of financialization of the economy. In the context of the class struggle, the capitalist class developed mechanisms for the return of their hegemony of power, which was being shaken during the 1970 crisis. The growth of real wages could no longer keep up with the increase in labor productivity for the losses of the crisis devolve on the working class in the balance of power in the capitalist system

Keywords: Neoliberalism. Working Class. United States of America. Concentration of Income. Poverty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Movimento da Taxa Real de Juros dos EUA de 1960-2000.....	27
Figura 2- Pesquisa de Opinião: Aprovação de Reagan	40
Figura 3- Variação percentual do Índice de Gini, relativo a 1967	43
Figura 4- Variação da participação na renda das famílias em dois períodos: 1967-80 e 1980-92	44
Figura 5- Participação na renda dos 10% mais ricos, 1913-2002.....	45
Figura 6- Variação na participação na renda dos 0,01% mais ricos, 1913-2002.....	45
Figura 7- Variação na participação da renda dos salários, 1913-2002.....	48
Figura 8- Remuneração dos CEO <i>versus</i> a média salarial, 1970-2003	48
Figura 9- Participação na renda para três frações de famílias, incluindo ganhos de capital, 1917-2002	50
Figura 10- Participação na renda dos salários para três frações de famílias, 1918-99.....	51
Figura 11- Tabela dos Limites para a Pobreza	54
Figura 12- Evolução do número de pessoas pobres e da taxa de pobreza, 1959-2011.....	55
Figura 13- Taxas de pobreza conforme a faixa etária, 1959-2011	57
Figura 14- Aumento da população carcerária em cada década, 1900-2000	59
Figura 15- Variação do número total da população carcerária por década, 1900-2000	60
Figura 16- Porcentagem de pessoas com cobertura médica em 1987	63
Figura 17- Gastos das famílias em planos de saúde em 1987.....	64
Figura 18- Número de pessoas sem cobertura médica e taxa de pessoas sem cobertura médica, 1987-2011.....	66
Figura 19- Crescimento dos salários reais por horas e o crescimento da produtividade, 1948-2011	68
Figura 20- Taxa de sindicalização, 1973-2011	69
Figura 21- Tabela do impacto dos sindicatos em licenças remuneradas, pensões e planos de saúde	70
Figura 22- Taxa de sindicalização e a variação da participação na renda dos 10% mais ricos	71
Figura 23- Pesquisa de opinião: Aprovação dos sindicatos.....	72

Figura 24- Taxa de lucros do setor financeiro e não-financeiro, 1960-9982

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A TRANSFORMAÇÃO: ANOS DE CRISE.....	18
2.1. O ESTADO E O MERCADO AUTO-REGULADO.....	18
2.2. A ERA DE OURO.....	22
2.2.1. O Fim de Bretton Woods.....	22
2.2.2. Do Fordismo à Acumulação Flexível.....	28
2.2.3. O Contrato Social – A Cooptação da Classe Trabalhadora.....	30
2.3 O NEOLIBERALISMO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	33
2.3.1 O Ataque.....	36
2.3.2 O Governo de Ronald Reagan.....	38
3. AS CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO PARA A CLASSE TRABALHADORA.....	41
3.1. O NEOLIBERALISMO E A DESIGUALDADE.....	41
3.2. A POBREZA.....	52
3.2.1. O Neoliberalismo e a Pobreza.....	54
3.2.2. Os Sintomas da Pobreza.....	58
3.3. O NEOLIBERALISMO E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	66
4. O ESTADO NEOLIBERAL.....	74
4.1. A HEGEMONIA DO SISTEMA FINANCEIRO.....	76
4.2. A RESTAURAÇÃO DE PODER.....	83
4.2.1. Complexo Industrial-Militar.....	84
4.2.2. A Coerção da Classe Trabalhadora.....	86
5. CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

1. INTRODUÇÃO

Ao olhar para o passado recente dos Estados Unidos da América nos deparamos com uma situação intrigante, de como no país mais rico do mundo a pobreza está aumentando. Questiona-se então: por que a maior economia capitalista do mundo não estaria sendo capaz de prover um padrão de vida adequado aos seus cidadãos? Seria assim então os Estados Unidos da América um modelo de desenvolvimento a ser seguido para a promoção do bem-estar social?

A teoria econômica hegemônica parece não ter uma resposta clara para as causas da pobreza, pois “The mainstream economics asks ‘why are these people poor?’ whereas the relevant question is ‘what systematically reproduces poverty?’” (FOLEY, 1989, p. 2). Como exemplo é colocado a argumentação de Milton Friedman em *Capitalismo e Liberdade* que discorre acerca das causas da pobreza, assim é a:

[...] liberdade dos indivíduos de cometerem os seus próprios erros. Se um homem prefere conscientemente, viver o dia de hoje, usar seus recursos para se divertir, escolhendo uma velhice de privações, com que direito podemos impedi-lo de agir assim? [...] podemos usar a coerção para impedir de fazer o que deseja fazer? [...]. A humildade é a virtude que distingue o indivíduo que acredita na liberdade; a arrogância é o que distingue o paternalista. (FRIEDMAN, 1977, p.158)

A resposta do *mainstream* econômico para as causa de pobreza encontra-se na ideologia utilitarista, na qual é através do mercado auto-regulado que se chegaria à harmonia do bem-estar social. Friedman (1977) ainda sugere que a promoção da caridade privada seria o melhor meio que um liberal consideraria para ajudar os pobres, pois a interferência do Estado mesmo quando necessária para contornar o problema da pobreza não seria aceita sem certo desgosto ao liberal. No entanto, o que falta a compreensão do liberal é que a pobreza não seria ela resultado das escolhas individuais, mas sim a pobreza é gerada dentro da própria expansão do sistema capitalista. A liberdade individual é a retórica encontrada pelo liberal para justificar todos os problemas que o modo de produção capitalista possa gerar, “[...] mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher sempre a mesma coisa.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 156).

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar as consequências do processo de implementação do neoliberalismo para a classe trabalhadora dos Estados Unidos. Dessa forma, analisado o aumento da desigualdade de renda, o aumento da pobreza e a situação da perda de

poder político das organizações dos trabalhadores que ocorreu nas últimas décadas do século XX, encontra-se que foi com o advento do Estado Neoliberal que a classe trabalhadora foi colocada em uma situação de extrema vulnerabilidade econômica e social. Como veremos o modelo de desenvolvimento capitalista não é capaz de eliminar as desigualdades sociais, pelo contrário se alimenta dela.

Durante o período da Era de Ouro do capitalismo (1950-75) o antagonismo da relação de classes foi internalizado pelas políticas do Estado, no entanto com a inédita “Estagflação” da década de 1970, algo foi brutalmente modificado. Durante os anos de crise, a classe capitalista viu as suas margens de lucro serem ameaçadas pelo aumento das taxas de inflação em conjunto com o desaquecimento da economia, de tal modo a classe capitalista estava limitada pela rigidez dos contratos de trabalho para resistir a diminuição dos lucros. O Estado precisou reagir à crise que se aprofundava e dessa forma rompeu com o “contrato social” firmado durante o período. E “A única alternativa que oferecida [a crise] era a propagada pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais” (HOBSBAWN, 1995, p. 398), dessa forma a incapacidade das políticas keynesianas em responderem a crise promove a volta das concepções da ideologia neoclássica tanto nas políticas dos Estados quanto ao senso comum das nações. E durante o desenrolar da crise nos Estados Unidos, durante o governo de Ronald Reagan e com a política monetária de Paul Volcker, é acelerado o processo de implementação das políticas neoliberais. Ao concluir o seu mandato Reagan escreve em sua carta do *Annual Economic Report of the President*:

Today, it is as if the world were born anew. Those who doubted the resolve, and resilience, of the American people and economy doubt no more. The tide of history, which some skeptics saw as ebbing inevitably away from Western ideals of freedom of thought, expression, and enterprise, flows in our direction. By strengthening our military posture and reaffirming our commitment to the cause of freedom throughout the world, we have restored respect for America and have achieved the first arms control agreement in history to eliminate an entire class of nuclear missiles. And by reducing taxes and regulatory bureaucracy, we have unleashed the creative genius of ordinary Americans and ushered in an unparalleled period of peacetime prosperity. The world today is far safer, and more prosperous, than it was 8 years ago. And the America of today is, once again, brimming with self-confidence and a model for other countries to emulate. (RONALD REAGAN, 10 Feb. 1989)

A crise que se desencadeou durante a década de 1970 abriu as portas para o início do processo de desmantelamento do estado de bem-estar social, e por consequência as perdas da crise penderiam para somente um dos lados da balança assimétrica de poder. O padrão de vida no qual a classe trabalhadora estava acostumada durante a Era de Ouro teve de ser deteriorado para a

sobrevivência do sistema capitalista. A nova ideologia que se tornara hegemônica ao final dos anos de 1970 era o Neoliberalismo, a qual impôs novamente o autoritarismo do mercado auto-regulado. No entanto, os resultados do neoliberalismo não promoveram que a sua prosperidade econômica pudessem ser usufruídas por ambas as classes, segundo David Harvey em *A Brief History of Neoliberalism*:

We can, therefore, interpreted neoliberalization either as a utopian project to realize a theoretical design for the reorganization of international capitalism or as a political project to reestablish the conditions for capital accumulation and to restore the power of economic elites. (HARVEY, 2005, p.19)

Para discutir os efeitos do neoliberalismo para a classe trabalhadora a estrutura do trabalho que se segue encontra-se dividida em três capítulos. No Capítulo 1 apresenta-se uma síntese histórica do surgimento do modo de produção capitalista assim como a ocorrência concomitante entre prosperidade material e a situação de vulnerabilidade social colocada a classe trabalhadora em formação. Também nesse capítulo discute-se a crise do estado de bem-estar social e as suas consequências com o advento das políticas neoliberais nos Estados Unidos da América. No Capítulo 2 argumentam-se dados acerca da situação em que se encontra a classe trabalhadora dos Estados Unidos após a implementação das políticas neoliberais do governo de Ronald Reagan. Os resultados encontrados demonstram claramente uma situação perturbadora de deterioração das condições de vida da classe trabalhadora nos Estados Unidos da América. No capítulo 3, discute-se o que representa o Estado Neoliberal, e a hegemonia de poder a qual passou a deter o sistema financeiro, e conclui-se o trabalho dentro do contexto da luta de classes.

2. A TRANSFORMAÇÃO: ANOS DE CRISE

O período da Era de Ouro conseguiu atingir um grande nível de progresso econômico com base na estabilidade que foi capaz de promover. Foi firmado no período o “contrato social” pelo qual o crescimento dos salários reais e do aumento do padrão de vida da classe trabalhadora pôde amenizar a relação antagônica entre capital e trabalho, promovendo a estabilidade social da Era de Ouro. Assim, em conjunto com o padrão-ouro do dólar e com o intervencionismo das políticas econômicas keynesianas foi garantida a estabilidade econômica.

Entretanto, durante a década de 1970 o arranjo econômico e institucional da Era de Ouro começa a desabar. O mundo passa com a crise do sistema do estado de bem-estar social a conhecer uma nova terminologia econômica nos países ocidentais capitalistas avançadas do período: a “estagflação”. A saída para a crise foi encontrada através das reformas econômicas neoliberais, nas quais se possibilitou que as perdas da crise recaíssem sobre a classe trabalhadora. Assim, segundo Hobsbawn (1995):

[...] durante as Décadas de Crise a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas ‘economias de mercado desenvolvidas’, principalmente desde que o quase automático aumento das rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro agora chegava ao fim. (HOBSBAWN, 1995 ,p.397)

Esse capítulo discorre acerca da crise dos anos de 1970 que desencadeou o desmantelamento do estado de bem-estar social nos Estados Unidos da América. Sendo introduzida na seção 2.1 discorre acerca da formação do sistema capitalista e como ele atingiu a construção do mercado de trabalho através da intervenção do Estado. A seção 2.2 relata acerca da crise dos anos de 1970, assim apresentando as modificações que provocou a tecnologia de produção, e o rompimento do arranjo institucional de Bretton Woods. Na última seção desse capítulo 2.3 é introduzido o redirecionamento das políticas estatais sob o governo de Ronald Reagan.

2.1 O ESTADO E O MERCADO AUTO-REGULADO

Na obra ‘A Grande Transformação: as Origens de nossa Época’ de Karl Polanyi (2000), o autor discorre a cerca da formação da estrutura de mercado auto-regulado, e qual foi o papel do

Estado em sua implementação. A transição para a economia de mercado auto-regulado trouxe à sociedade uma nova forma de reger as leis sociais, transformou a existência humana em uma mera mercadoria, excluiu o acesso a terra como meio de produção coletivo e inseriu a doutrina liberal como natural à existência humana. Polanyi (2000) argumenta que o mercado auto-regulado não pode ser interpretado como uma naturalização da história, tão pouco pode ser encarado como inerente às proposições da existência humana, sua implementação foi levada a cabo pelo Estado em nome das classes por ele representado. Em Polanyi (2000), o autor nos coloca que o trabalho, a terra e o dinheiro passaram a serem regidos pelas leis do mercado auto-regulado, entretanto essas novas mercadorias inseridas ao sistema como tal não são passíveis de ser reproduzidas como as demais mercadorias, o autor as denomina de mercadorias fictícias. Polanyi (2000) coloca que as consequências da elevação das mercadorias fictícias as leis de mercado, tivera resultados catastróficos à vida social existente nas sociedades pré-capitalistas.

O trabalho, a mercadoria fictícia de principal interesse a esse trabalho, sob o regimento do mercado auto-regulado colocou os seres humanos em condições de extrema vulnerabilidade social, em que é:

Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros ‘custos de produção’ como ‘força de trabalho necessária’, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma ‘mercadoria comercializável’, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a as determinações desumanizadoras da compulsão econômica. (MÉSZÁROS, 1998)

Segundo Polanyi (2000) a implementação do mercado auto-regulado trouxe o caos social, os antagonismos da nova ordem social que se estruturava colocava ao lado de uma enorme expansão da produção a miséria e a degradação social. A ocorrência concomitante do grande progresso econômico, pós-revolução industrial, em conjunto ao surgimento do pauperismo levantou novos dilemas quanto ao controle social e a possível proteção da sociedade aos mecanismos de rompimento do ambiente coletivo o qual o próprio desenvolvimento do sistema impulsionava.

Polanyi (2000) argumenta que a instabilidade social gerada pelo aumento do pauperismo, no grande centro de formação do capitalismo do século XVIII e XIX, teve de ser encarada pelos agentes da ordem, em nome da garantia da existência do próprio sistema de mercado auto-regulado. Durante a formação do capitalismo, o Estado inglês respondeu com uma legislação de

proteção social, as Poor Laws, as quais se propuseram a servir de colchão quanto ao impacto social do sistema capitalista que pós-revolução industrial. Assim, segundo Polanyi (2000):

Todavia, enquanto a produção, teoricamente, podia ser organizada dessa forma, a ficção das mercadorias menosprezou o fato de deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los. Assim, o contra movimento se propunha a enfrentar a ação do mercado em relação aos fatores de produção – trabalho e terra. Foi essa a função principal do intervencionismo. (POLANYI, 2000, p. 162)

Os antagonismos que já se faziam visíveis nas primeiras décadas do surgimento do modo de produção capitalista na sociedade inglesa e foram atenuados pelo intervencionismo do Estado, mas não necessariamente como um arcabouço legislativo de proteção da força de trabalho, mas sim como da própria proteção do sistema de mercado. Segundo Polanyi (2000), foi a legislação social paternalista, do Estado capitalista inglês, a responsável por criar as bases para a estabilidade do sistema e assim, concretizar a implementação da economia de mercado auto-regulado. Ironicamente, foi através da intervenção do Estado no mercado auto-regulado que foi possível criar as condições para a inserção da força de trabalho em um mercado de trabalho. Em “A Ideologia Alemã” de Karl Marx e Friedrich Engels colocam que:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. (MARX E ENGELS, 1996, p. 98)

O mundo burguês que se estruturava, transformava a doutrina liberal em hegemônica, assim “O credo liberal só assumiu o fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida” (POLANYI, 2000, p.166). A estrutura de Estado moderna nasce pela necessidade de regular os antagonismos que se apresentam no sistema capitalista, de tal modo, necessita controlar a mercadoria força de trabalho.

“Assim, por mais dramáticas que fossem essas interrupções na expansão, elas eram temporárias.” (HOBBSAWN, 2000, p.76) o Estado se fez capaz de responder aos contornos das crises que o sistema internamente pudesse gerar. Segundo Mészáros (1998) o capitalismo ao longo de suas crises e expansões se reinventou e se reestruturou, mas sempre manteve as bases de seu antagonismo estrutural destrutivo, da submissão do trabalho ao capital, seja esse sobre a forma mercantil das crises comerciais, ou financeira, ou das crises de realização.

O poder de classe se encontra na capacidade desta de realizar seus interesses. A classe hegemônica com a sua ideologia utilitarista, continha nas escolhas individuais a supremacia do bem-estar social, sendo contraditória dentro de sua pregação ideológica alguma forma de defesa de um Estado autoritário. Logo, segundo Hobsbawn (2000) fazia-se difícil dentro dos ideais burgueses a pregação contra alguma forma de democracia nacional, o papel que confere a importância do indivíduo como centro da dinâmica social seria desde então uma necessidade para o progresso social, também como uma necessidade de dentro dessa ideologia criar mecanismos para o controle social. Sob a forma da democracia representativa, dentro da lógica da ideologia dominante, se chegava à emancipação plena do indivíduo e assim qualquer crítica ao modelo imposto, dos mercados auto-regulados e do Estado-nação de democracia representativa, seria visto pela ordem vigente como subversão. Segundo Hobsbawn (2000):

Já nesse tempo os dirigentes dos estados avançados da Europa, com maior ou menor relutância, começavam a reconhecer não apenas que a 'democracia', isto é, uma constituição parlamentar baseada em sufrágio universal [para os homens], era inevitável, como também provavelmente viria a ser um aborrecimento, mas politicamente inofensivo. Essa descoberta já havia sido feita muito antes pelos dirigentes dos Estados Unidos. (HOBSBAWN, 2000 p.21)

Com o final da grande crise dos mercados auto-regulados (1914-45), e a destruição do até então centro dinâmico do capitalismo o qual foi transferido para o novo mundo, os dirigentes políticos demonstraram mais uma vez a vontade de reestruturar o sistema capitalista, para assim salvá-lo. No pós-guerra era consenso de que algo estaria dando errado no sistema do mercado auto-regulado e suas hipóteses básicas deveriam ser reformuladas, a existência do modo capitalista novamente, como no seu início de sua formação, deveria ser protegida pelo Estado. Assim coloca-se que:

É nesse contexto confuso que temos que compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-estados de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. (HARVEY, 1992, p. 124)

2.2 A ERA DE OURO

“A Era de Ouro democratizou os mercados” (HOBBSBAWN, 1995, p.264), durante esse período a classe trabalhadora viu seus salários reais crescerem junto com o aumento de sua produtividade, concomitantemente com as boas margens de lucro para a classe capitalista. Em conjunto, o sistema político da democracia representativa vinculada a o bipartidário nos Estados Unidos da América, em que vale acentuar que o modelo econômico proposto por ambos é fundamentalmente o mesmo, promoviam o Estado de bem-estar social. O período da Era de Ouro proporcionou um padrão de consumo à classe trabalhadora sem precedentes, assim parecia que todos ganhavam com o sistema capitalista.

A estabilidade social e econômica da Era de Ouro foi abalada em frente às crescentes taxas de inflação do final desse período, o questionamento da credibilidade da moeda dólar gerou tanto internamente quanto externamente as bases para o colapso do arranjo monetário e institucional da Era de Ouro, logo, coloca-se que: “[...] em todos os lugares, homens e mulheres pareciam ver o dinheiro estável como a necessidade suprema da sociedade humana”. (POLANYI, 2000, p. 41).

2.2.1 O Fim de Bretton Woods

Após o colapso econômico pelo qual passou o mundo durante a primeira metade de século XX, a economia mundial precisou ser reestruturada, e os pilares do novo arranjo institucional e monetário foram redigidos no acordo de Bretton Woods, em 1944. Entre as propostas apresentadas no encontro estava a de John M. Keynes, representante da delegação da Inglaterra, na qual se propunha a criação de “uma espécie de moeda mundial, que não seria a moeda de nenhum país específico e que gerasse maior simetria e estabilidade nas relações econômicas internacionais” (SERRANO, 2004, P. 182). Tal proposta de Keynes tentava solucionar o problema da tendência de viés deflacionista que ele considerava ser inerente ao sistema monetário internacional, assim a moeda internacional não deveria ser o ouro, pois a considerava ser incompatível com o sistema monetário moderno. Keynes apresentava em sua proposta que os fluxos de capitais de curto prazo tinham de ser fortemente controlados, com o intuito de evitar movimentos especulativos. No entanto, a proposta que foi aceita para reorientar o sistema

financeiro mundial no caminho da estabilidade foi a da delegação dos Estados Unidos, assim segundo Serrano (2004):

A proposta aprovada, por influência da delegação americana, tinha pouco a ver com a idéia original de Keynes, exceto pelo fato de que foram aceitas as restrições aos fluxos de capital de curto prazo. A proposta aprovada em Bretton Woods foi a de um sistema no qual as moedas-chaves seriam teoricamente o ouro, o dólar e a libra (embora a libra tivesse um papel secundário dado o grau de endividamento externo em ouro e dólares da Inglaterra) e, na sua prática, era quase que somente dólar. (SERRANO, 2004, p.183)

Entre as formulações de Bretton Woods estava à criação das instituições financeiras mundiais as quais regulariam o processo financeiro internacional, com as taxas fixas de câmbios vinculando o lastro de ouro ao dólar. Serrano (2004) explica o paradoxo em que mesmo com a recusa das propostas de Keynes em Bretton Woods durante a Era de Ouro perduram as políticas ditas keynesianas, assim para o autor tal fato ocorre devido a Guerra Fria, pois os Estados Unidos se propôs em sua política externa combater a ameaça do comunismo, assim sua prioridade externa passou a ser a reconstrução e o desenvolvimento dos países da órbita capitalista. Sugere o autor que: “É por esse motivo que o sistema de Bretton Woods acabou operando em grande parte da forma que Keynes gostaria.” (SERRANO, 2004, p. 184), logo se no caso os Estados Unidos optassem por manterem uma política superavitária e protecionista, a economia mundial poderia entrar numa fase de estagnação, esse seria o temor de Keynes.

Dessa forma, a credibilidade internacional do dólar estava atrelada ao compromisso dos Estados Unidos em manter sua paridade perante o ouro, assim sendo conversível quando solicitado, o que pôde gerar as bases da estabilidade monetária mundial. No entanto, o padrão-ouro já havia apresentado problemas anteriores à expansão monetária, ao longo do século XIX e início do XX, e assim a superação para esse antigo problema foi encontrada dentro da criação de moeda endógena, ou seja, a moeda-crédito. Impulsionava-se a economia através da “economia do endividamento”, em que as condições institucionais proporcionaram que não fosse necessária uma renda prévia para o investimento produtivo ou consumo das famílias, estabelecendo-se o regime financeiro da acumulação da Era de Ouro, como é argumentado por Mattos (2009). Guttmann (1994) denomina o sucesso do arranjo econômico-institucional de “forward-money contract”, no qual a prosperidade econômica do período se encontrava dentro de um sistema de

relações entre débito e crédito dos bancos e empresas, dentro dos acordos coletivos entre empregadores e sindicatos, e dentro das políticas de bem-estar social do Estado.

O arranjo internacional estabelecido sob a liderança dos Estados Unidos começava a apresentar sinais de desgaste já no final da década de 1950, nesse período já era notável que as reservas de ouro não seriam capazes de acompanhar o grande boom do crescimento econômico mundial. O sistema monetário proposto em Bretton Woods só seria capaz de sobreviver se a credibilidade do dólar em converter suas reservas em ouro fosse mantida. Segundo Guttman (1994, p. 138):

The return to currency convertibility during 1958 made the economies of Western Europe less dependent on dollar and suddenly turned the dollar shortage of the 1950s into a glut. This prompted European central banks to cash in their excess dollars for gold at massive rate. Between 1958 and 1960 U.S. gold reserves fell by an alarming \$ 5.1 billion because of such conversions (compared to only \$ 1.7 billion before 1958).

Segundo Serrano (2004) o ambiente social de contestação do final da década de 1960 e o grau de militância sindical da época levaram a “[...] um grande acirramento do conflito distributivo [...]” (SERRANO, 2004, p.191), em que o crescimento dos salários nominais nesse período foi mais que o dobro da taxa dos vinte anos anteriores, assim o autor denomina tal fenômeno de “explosão salarial”. “A explosão salarial levou a uma aceleração da inflação na medida em que os reajustes salariais iam sendo repassados aos preços” (SERRANO, 2004, p.191), entretanto, o autor argumenta que as margens de lucro nominal não subiram ao mesmo ritmo que os salários nominais, assim ocorrendo uma redução da parcela do lucro na renda. Ou seja, a inflação que se iniciava ao final da década de 1960 retirava da classe capitalista parcela da renda, que através do conflito distributivo desencadeado pela elevação da inflação direcionava a renda para os salários. Entretanto, segundo Serrano (2004) mesmo com a redução das margens de lucro o investimento não tinha porque reduzir também, pois a queda das taxas de lucro era acompanhada pela queda nas taxas de juros, sendo que seria apenas uma grande diferenciação entre as taxas que poderia modificar o investimento. Segundo Serrano (2004):

Nos EUA, o aumento da parcela salarial, ao redistribuir a renda para as classes com maior propensão a consumir, certamente levou a um aumento do consumo induzido pelos trabalhadores. Esta expansão do consumo, ao aumentar a demanda efetiva levou a um aumento do nível de investimento privado, mesmo com margens e taxas normais de lucro menores. A compressão das margens de lucro no final dos anos 60 teve o efeito, não só de aumentar o conflito distributivo e a inflação, como também de, inicialmente,

acelerar ainda mais o crescimento econômico nos principais países industrializados. (SERRANO, 2004, p. 193)

Em 1968, durante o governo do presidente democrata Lindon Johnson, a inflação passa a ser encarada como um problema essencial a ser corrigido pelas políticas econômicas, dessa forma o governo passa a promover uma política de controle da liquidez do sistema. Segundo Guttman (1994) o governo de Johnson responde aos temores do crescimento das taxas de inflação (a qual passara de 1,9% em 1965 para 4,7% em 1968), com o aumento de impostos e uma política monetária restritiva, gerando efeitos recessivos pelos próximos dois anos. Assim como com a criação de moeda, em que os bancos nos Estados Unidos continuaram a aumentar a suas reservas, passou a exportar a inflação para o resto do mundo. Segundo Guttman (1994) seria uma questão de tempo até os bancos estrangeiros aceitarem depósitos e empréstimos em dólar, sem o controle dos mecanismos da política monetária do FED. O autor assim coloca que:

Such massive capital outflows set the stage for a major dollar crisis in 1970. Dollars accumulating in the Euromarket could be easily switched in and out of currencies and countries. That unregulated and globally integrated banking system thus became a perfect for currency speculation. (GUTTMANN, 1994, p.142)

Simultaneamente com aumento da especulação no sistema financeiro internacional os Estados Unidos passaram a incorrer em déficit comercial e de conta corrente no ano de 1971, tal situação não se colocava ao país desde o século XIX. O governo dos Estados Unidos necessitava intervir no arranjo monetário internacional para corrigir os problemas internos que a política externa os colocava. Logo que os Estados Unidos passaram a incorreram déficits na sua balança comercial também viram a sua economia doméstica abalada pelo crescimento inflacionário que tal política gerava. A situação em que se encontrava a economia obteve em consequência à volta do partido Republicano ao comando da nação, com a eleição de Richard Nixon em 1969. Em agosto de 1971 o anúncio do primeiro déficit em conta corrente provocou a elevação dos ânimos nos mercados financeiros, pois se recomendava fortemente a desvalorização do dólar. Assim o governo de Nixon, unilateralmente, notifica a desvinculação do dólar ao ouro.

O programa do governo Nixon de combate à inflação também previa um controle de preços e salário. A desvalorização da moeda que se seguiu após a quebra do acordo de Bretton Woods, segundo Serrano (2004) foi claramente uma demonstração de poder dos Estados Unidos. Assim, com a desvalorização do dólar, tornou-se impossível defender as taxas fixas de câmbio.

Durante o período de 1971-73 a política expansionista interna dos EUA aumentara as pressões sobre a moeda, pois “[...] both U.S. budget deficits and money supply expanded rapidly. These stimulative policies triggered lower U.S. interest rates and higher trade deficits, which in turn created downward pressure on the dollar.” (GUTTMANN, 1994, p. 145). O desenrolar das pressões internacionais sobre o dólar acarretaram na incapacidade dos EUA de manter a política monetária proposta em Bretton Woods.

E em março de 1973, as taxas fixas de câmbio de Bretton Woods colapsam com os Estados Unidos deixando o dólar flutuar para baixo no mercado de moedas. Essa política era apenas a continuação da estratégia nacionalista que tinha se iniciado em 1971, tornando o dólar mais barato, aumentaria a competitividade do país frente às importações mais caras e as exportações mais baratas. O rápido aumento do comércio mundial desse período ocasionado pelo excesso de liquidez nos mercados mundiais acarretou em crescimento da especulação no mercado de commodities, que eram negociadas nos mercados abertos em dólar. Segundo Guttman (1994), o aumento do preço do petróleo no mercado de commodities já apresentava alta, antes mesmo da política da OPEP em 1973. Segundo o autor:

Most mainstream economics have characterized the oil price explosion in 1973 (and again in 1979) as an ‘external’ shock. This view ignores, or at least downplays, the direct effect of dollar depreciation on commodity prices as the underlying structural trigger for that market disruption. [...]. While surely reinforcing the price hike, those factors could not have arisen so forcefully without prior destabilization of global commodity markets by the depreciation – driven acceleration of inflation. It is not coincidence that precisely the same sequence of policy reflation in the United States dollar decline and more rapid inflation set off another explosive increase in oil prices during 1979.(GUTTMANN, 1994, p.147)

Com o advento da crise do petróleo as economias mundiais desenrolam políticas macroeconômicas restritivas, com o intuito de combater a inflação, causando até o ano de 1975 uma recessão mundial. O mundo capitalista das economias centrais passa a conhecer uma nova terminologia econômica, a estagflação, na qual os aumentos das taxas de inflação se encontraram concomitantemente com a recessão. Os anos de 1970 foram marcados por sucessões de abalos na economia dos Estados Unidos, em que sua consequência foi o rompimento total com o arranjo institucional e monetário de Bretton Woods.

Em outubro de 1979 o FED sob a presidência de Paul Volcker decreta um brutal aumento da taxa de juros. A figura 1 apresenta a evolução das taxas reais de juros no período, a qual

demonstra a enorme elevação da taxa de juros real no final dos anos de 1970 em relação ao período anterior, assim como demonstra que as taxas de juros não voltariam mais por durante toda a década de 1980 aos patamares baixos que havia estado durante a Era de Ouro. Guttman (1994) argumenta que:

In this context [da combinação de déficits no Balanço de Pagamentos e Inflação] the aforementioned policy switch by the Fed in October 1979 takes on a rather different meaning from simply marking a conversion to Monetarism. Even though targeting the quantity of money, the new policy must be understood as a desperate attempt by the Fed to restore the seriously eroded quality of money. The primary motivation of the central bank was to let U.S. interest rates rise dramatically in order to halt the decline of the dollar and to break the debt-inflation spiral. [...]

Stagflation thus rendered Keynesian policy prescriptions for contracyclical monetary policy focused on money-market conditions and short-term interest rates increasingly impotent. (GUTTMANN, 1994, p.156).

Figura 1-Movimento da Taxa Real de Juros dos EUA de 1960-2000



Figure 5 US: long-term (—) and short-term (- - -) real rates of interest, %

Fonte: Duménil e Lévy (2001, p.592)

Com a ineficiência das políticas keynesianas em responder a estagflação, o FED passou a promover as políticas propostas pela Escola Monetaristas. Dessa forma, a política monetária da Era de Ouro havia sido completamente reformulada, e como consequência veio a grande recessão de 1979-1982. O FED durante as décadas douradas do capitalismo demonstrou a prevalência de políticas moldadas pela lógica keynesiana, em que mantinha as taxas de juros baixas – com o intuito de estimular o consumo e o investimento – e promovia uma política contra cíclica de

estabilização, porém com a deflagração da crise da década de 1970 a política econômica teve que ser reformulada, e assim passando a prevalecerem os dogmas da Escola monetarista. Dessa forma, segundo Guttman (1994, p. 156): “[...] Volcker used the growing influence of Monetarism as a convenient legitimation to justify abandonment of the increasingly counterproductive focus on low interest rates in the midst of a dangerous crisis of confidence”.

Já no início do ano de 1980 foi decretada uma política mais dura de controle seletivo do crédito ao consumidor. A estagflação chegou ao seu ápice no ano de 1979 – em conjunto, ocorreu o segundo choque do petróleo - e pela primeira vez desde o final da II Guerra Mundial a moeda dólar levantava dúvidas se poderia se manter como a referência como padrão monetário internacional. Logo, com o aumento da taxa de juros foi possível controlar a inflação, no entanto obteve como contra partida uma forte recessão. Nesse contexto, em 1981, chegaria a Casa Branca o Partido Republicano sob a presidência de Ronald Reagan.

O dinheiro sendo como uma das mercadorias fictícias de Polanyi (2000), não detém a sua reprodução dentro do sistema, é através da execução das políticas do Estado que é criado ou destruído, assim “É verdade que o equilíbrio entre poder financeiro e poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas com o colapso do ‘fordismo-keynesianismo’ sem dúvida significou fazer o prato de a balança pender para o fortalecimento do capital financeiro” (HARVEY, 1992, p.156). Dessa forma, “Thus, capitalism entered a new phase, that of neoliberalism, signaling the return of finance to hegemony” (DUMÉNIL; LÉVY, 2001), a política conduzida pelo FED, a partir de 1979, colocou o sistema financeiro em posição de condutor da economia, logo as crises não mais seriam resolvidas pelo ideal de pleno emprego, mas sim pela busca da estabilidade monetária. O poder o qual o sistema financeiro passará a deter após a sua reestruturação nesse período da crise da década de 1970 será abordado no último capítulo desse trabalho, assim como a sua correlação com o neoliberalismo.

2.2.2 Da Produção Fordista à Acumulação Flexível

Durante a época do grande boom econômico da Era de Ouro a contradição entre capital e trabalho foi atenuada através das políticas do estado de bem-estar social. Sob o paradigma de produção fordista foi possível lograr um enorme crescimento da produção e do consumo. Entretanto, já no final da década de 1960 o paradigma de produção fordista começa a apresentar desgaste. Segundo Harvey (1992) o problema que se apresentava era o da rigidez, que consistia

tanto na estrutura de investimentos de capital fixo em larga escala, e principalmente nos contratos de trabalho promulgados sob até então ‘contrato social’ estabelecido entre as classes sob a tutela do Estado. Com a deflagração da crise da década de 1970, a palavra de ordem para um novo paradigma de produção passou a ser a “desregulamentação”.

Segundo Harvey (1992), a recessão que ocorreu durante o período de 1973-75, desencadeou um excesso de capacidade inutilizada em conjunto com a intensificação da concorrência intercapitalista, que gera a necessidade das corporações em dinamizar o controle da produção, assim como, racionalizar, reestruturar e intensificar o controle do trabalho. As linhas de produção necessitavam responder mais rapidamente aos possíveis ajustes que a economia poderia impor as corporações, assim “As economias de escala buscada na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufaturas de uma variedade de bens a preços baixos em pequenos lotes. As economias de escopo derrotaram as economias de escala.” (HARVEY, 1992, p. 148). Segue um processo de mudança tecnológica e reestruturação da administração da produção, ocorrendo em consequência à dispersão geográfica dos empreendimentos em busca de formas mais flexíveis de contratação do trabalho e de legislações mais brandas quanto à expansão do capital, que procuravam se adaptarem as novas condicionantes econômicas. Segundo Harvey (1992), sob o paradigma da acumulação flexível foi observado o aumento da centralização e da concentração do capital, em particular com destaque para o setor de serviços financeiros, pelo papel político que esse setor passará a exercer. De tal modo, “A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.” (HARVEY, 1992, p.140), transformando as condições econômicas, sociais e culturais da Era de Ouro.

Os empregadores ao terem seus poderes aumentados perante a classe trabalhadora, já a muito dividida dentro do sindicalismo dos Estados Unidos da América, passaram a impor formas de contratação mais flexíveis ao trabalho. As flexibilizações do mercado de trabalho vêm em conjunto com a precarização das relações de trabalho, e dentro da assimetria acentuada de poder que se impunha, a classe trabalhadora foi brutalmente atacada em seus direitos anteriormente estabelecidos. Sob o novo sistema de acumulação flexível é possível observar o crescimento do desemprego ‘estrutural’; os ganhos mais modestos em termos reais dos salários; perda do poder sindical; redução do emprego regular e aumento do emprego temporário e de subcontratação; o ressurgimento do trabalho informal; e reaparecimento de formas mais arcaicas de organização do

trabalho como o artesanal, familiar e paternalista. Dentro desse novo sistema de acumulação o trabalho de alta produtividade passa a existir ao lado do trabalho em condições precárias, permitindo que os capitalistas possam eleger entre aqueles qual é o de maior lucratividade ao seu empreendimento, alimentando as fontes da desestruturação política da classe trabalhadora.

2.2.3 O Contrato Social - A Cooptação da Classe Trabalhadora

O padrão de vida que a classe trabalhadora usufruiu nesse período é o componente de maior diferenciação em relação aos períodos anteriores da expansão capitalista nos países centrais. A seguridade social atrelado aos componentes necessários do receituário ‘keynesiano’ de incentivos a demanda agregada, e a tecnologia de produção fordista, levaram a grande modificação do padrão de consumo das famílias trabalhadoras. As novas formas de consumo em massa também levaram a novas formas de cultura social, como a publicidade que passou a ter um papel fundamental tanto nos hábitos de consumo como nos hábitos cotidianos da vida dos trabalhadores. O fordismo foi o paradigma tecnológico que vigorou na Era de Ouro do capitalismo, em que:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distinguiu o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle de gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade de democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992, p.121)

Segundo Gramsci (2001) o qual escreve em sua obra “Memórias do Cárcere”, ao se referir à cultura que se estabelecia sobre o ‘americanismo e fordismo’, o autor nos coloca que “O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador [...]: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado [...]” (GRAMSCI, 2001, p.267), então se coloca que a necessidade produtivista da reprodução da força de trabalho gera a necessidade de controle sobre a “moralidade” de sua reprodução. Assim, Gramsci (2001) elenca as iniciativas ‘puritanas’ que a lógica fordista de produção as fez incorporar à cultura dos trabalhadores, como fatores de comportamento familiar, sexual, moral, de consumo com o intuito de coerção das massas as necessidades harmoniosas do modelo de desenvolvimento colocado pelo Estado. Em Gramsci

(2001, p. 267): “[...] o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” o máximo de dinheiro para conservar, renovar, e se possível, aumentar a eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la.”, dessa forma o Estado deve passar a promoção de tais controles ‘puritanos’ elencados por Gramsci, como por exemplo, o repúdio público ao alcoolismo e da liberdade sexual, esse último colocando as mulheres no papel social de “mamíferos de luxo” dos “homens-industriais”. A análise de Gramsci (2001), o autor coloca que para o funcionamento de uma lógica de produção se faz necessários mecanismos de controle da classe trabalhadora, que passa a incorporar os mecanismos de reprodução do sistema ao seu próprio modo de pensar e ser em seus valores humanos. A legitimação que impõe mecanismos de controle pelo qual passa a classe trabalhadora, na maioria das vezes não é explicitamente sentido como é quando há o uso da violência ou no sentido dado ao próprio conjunto legislativo estabelecido, esses é apenas alguns dos mecanismos de dominação, não o principal. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004):

O efeito de legitimação da ordem estabelecida não incumbe somente, como se vê, aos mecanismos tradicionalmente como pertencentes à ordem da ideologia, como o direito. O sistema de produção de bens simbólicos ou o sistema de produção dos produtores- isto é, pela lógica mesma de seu funcionamento- funções ideológicas pelo fato de que se mantêm escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e para a permanência das relações de dominação. (BOURDIEU, 2004, p.199)

A estrutura de dominação contém facetas intangíveis à percepção dos que são submetidos a ela. A identidade social dos indivíduos fica comprometida às normas necessárias do sistema para a sua reprodução econômica. A classe trabalhadora foi submetida no período em questão às necessidades da estruturação harmoniosa do sistema, o “contrato social” firmado entre as partes pode ser encarado como uma doutrinação unilateral, com uma política de controle social do Estado a qual foi incorporada pela classe trabalhadora em seu meio de vida. É importante entender o papel que é posto ao Estado na construção do pensamento social, com o intuito de harmonizar o sistema, sendo que a aceitação das normas institucionais foi dever do Estado em promovê-las.

Segundo Harvey (1992) o equilíbrio de poder que vigorou na Era de Ouro, era delicado, no entanto se formou a base necessária para a expansão capitalista sem precedentes do período, sendo que tal equilíbrio não se deu ao acaso da organização das forças que o compõe, e sim, foi

implementado durante anos de lutas. Em suas palavras (HARVEY, 1992, p. 125) “A derrota dos movimentos operários radicais [...] preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromissos que possibilitaram o fordismo.”, assim colocando a classe trabalhadora sob controle com a troca de ganhos em salários reais pela disciplina cooperativa do trabalho. Como nos explica o historiador Hobsbawn (2005):

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre abrangente e generoso. (HOBSBAWN, 2005, p. 277)

A repressão pela qual passou as lutas trabalhistas de reivindicações mais profundas, através do Macarthismo,¹ não pode ser esquecida ao entender a moldura social que era imposta pelo sistema, é a partir da repressão, da coerção e da cooptação das entidades representativas dos trabalhadores que se estruturará a forma de atuação dos sindicatos no período. O marco de maior relevância da produção fordista nessa época é a dinâmica de aumento do poder de compra dos salários, ou seja, a produção em massa para as massas, no entanto, seus ganhos não foram distribuídos igualmente para todos os ramos do trabalho. Os sindicatos nos Estados Unidos da América, ao quais passaram a atuar dentro da lógica corporativista², após uma brutal repressão no período do pós-guerra, foram fundamentais para a estabilidade do ‘contrato social’, no entanto determinados grupos sociais acabaram sendo excluídos do processo de reivindicações sindicais. A forte atuação dos sindicatos no período, que se estabeleceu após uma enorme repressão dos movimentos de trabalhadores, será decisiva para comparar o fraco poder de barganha que a classe trabalhadora obteve após os anos de crise do sistema.

¹ O Macarthismo, sucintamente, foi uma campanha promovida pelo governo dos Estados Unidos em conjunto com uma enorme propaganda midiática, para controlar e reprimir os movimentos sociais e partidos comunistas. Atuou fortemente na repressão dos sindicatos e perseguiu pessoas que pudessem ser consideradas subversivas à ordem.

² Segundo Schmitter (1974, p. 93): “Corporatism can be defined as a system of interest representation in which the constituent units are organized into a limited number of singular, compulsory, noncompetitive, hierarchically ordered and functionally differentiated categories, recognized or licensed (if not created) by the state and granted a deliberate representational monopoly within their respective categories in exchange for observing certain controls on their selection of leaders and articulation of demands and support.”

2.3 O NEOLIBERALISMO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Com Paul Volcker no comando do FED e a eleição de Ronald Reagan nos EUA, foi desencadeado o processo de dismantelamento do estado de bem-estar social. O Estado trocou a sua função principal de criação de um ambiente social com pleno emprego por combater à inflação não importando qual o seu custo social. No entanto, a política monetária conduzida nesse período apesar de necessária a implementação do neoliberalismo, não é a única condição suficiente para que ocorra a sua concretização. Dessa forma, “The turn to neoliberalism thus depended not only on adoption monetarism but on the unfolding of government policies in many other arenas” (HARVEY, 2005, p.24). A relação entre as classes durante a Era de Ouro, estruturadas dentro do “contrato social”, também estava sendo abalada pela crise, assim segundo Harvey (2005, p.11) em relação aos anos dourados coloca que:

The business cycle was successfully controlled through the application of Keynesian fiscal and monetary policies. A social and moral economy (sometimes supported by a strong sense of national identity) was fostered through the activities of an interventionist state. **The state in effect became a force field that internalized class relations.** Working-class institutions such as labor unions and political parties of the left had a very real influence within the state apparatus.

Os anos de crise não somente promoveram a reestruturação das políticas econômicas, como também com o advento da crise se fez necessário promover políticas de controle social, pois “O que tornava os problemas econômicos das Décadas de Crise extraordinariamente perturbadores, e socialmente subversivos, era que as flutuações conjeturais coincidiam com as convulsões estruturais”. (HOBBSAWN, 1995, p. 402). O descontentamento popular durante o período de crise foi amplamente difundido em diversos segmentos da sociedade estadunidense, com o surgimento de heterogêneos movimentos sociais, como o movimento de oposição à guerra do Vietnã, o movimento feminista, as lutas pelos direitos civis dos negros, e movimentos inclusive de contestação ao próprio estilo de vida do ‘american way of life’. Segundo Hobsbawn (1995), a contestação do sistema pela geração do *baby boom* entra em choque com a ordem dita das liberdades democráticas, essa que quando a sociedade se encontrava sob o controle do pacto social foi capaz de propiciar uma estabilidade social ao sistema capitalista na Era de Ouro.

O poder sindical da classe trabalhadora em barganhar benefícios que lograva aumentar a sua parcela de ganhos dentro da renda nacional se somou à contestação de movimentos sociais

em relação à ordem estabelecida, dessa forma parecia que a sociedade estadunidense estava se tornando mais libertária. Segundo Harvey (2005) os anos de crise não apenas colocou em risco a estrutura de acumulação capitalista, mas também colocou em risco a própria necessidade da existência do capitalismo. Com a possível eminência de perder o seu poder perante as mobilizações sociais do período dourado do capital, a classe capitalista precisava reagir, necessitava se movimentar contra suas possíveis perdas. Segundo Harvey (2005, p.153), “The only fear they [a classe capitalista] have is of a political movements that threaten them with expropriation or revolutionary violence”, ou seja, não são as falências e a depressão que a classe capitalista teme durante as épocas de crise, nesse processo alguns podem cair e outros entrarem, mas seu medo se concentra na menor possibilidade que exista de perderem seus direitos de propriedade junto com seu poder político, e quando se sente assim ameaçada a classe capitalista está disposta a “[...] to crash the system rather than surrender any of their privileges and Power” (HARVEY, 2005, p.153). O cenário social e econômico do período de crise estava dado, grandes convulsões sociais em conjunto com a diminuição das margens de lucros das empresas colocaram a classe capitalista em uma posição desconfortável.

No entanto, apesar da efervescência social do período, segundo Hobsbawm (1995) pouco os movimentos sociais e os sindicatos conseguiram propor para a efetiva modificação da ordem estabelecida. A classe trabalhadora organizada em sindicatos se encontrava enfraquecida pela recessão, e os movimentos sociais se concentravam em mobilizar pautas específicas e isoladas dos demais, não dialogando entre si sobre questões de maiores abrangências, abandonando a luta mais radical de transformação da sociedade. A assimetria de poder que o capitalismo impõe, dentro da contradição entre capital e trabalho, faz em períodos de crise a balança pender sempre ao lado mais fraco, assim Hobsbawm (2005) coloca que o desemprego que veio crescendo no período de crise não era simplesmente cíclico, a mudança para o paradigma tecnológico para a acumulação flexível acarretava que os empregos perdidos durante a recessão não voltariam mais. A classe trabalhadora se encontrava extremamente vulnerável para poder balancear as perdas da crise. Assim segundo, HOBBSAWN (1995, p.407):

Em suma, durante as Décadas de Crise as até então estáveis estruturas da política nos países capitalistas democráticos começaram a desabar. E o que é mais: as novas forças políticas que mostraram o maior potencial de crescimento foram as que combinaram demagogia populista, liderança pessoal altamente visível e hostilidade a estrangeiros. Os sobreviventes da era entreguerras tinham motivos para sentir-se desencorajados.

A classe capitalista necessitava se organizar para que as perdas da crise não fossem capazes de recair pesadamente sobre ela, assim “In order to realize these goals, businesses needed a political class instrument and a popular base. They therefore actively sought to capture the Republican Party as their own instrument.” (HARVEY, 2005, p.48). O partido republicano precisa para se firmar como instrumento de organização da classe capitalista conquistar um eleitorado fiel dentro da classe trabalhadora fiel, assim, segundo Harvey (2005), foi a sua aliança com os representantes da comunidade branca cristã dos Estados Unidos que formou o apoio de sua base de poder. O Partido Republicano se ampara na religião e no nacionalismo cultural da classe trabalhadora branca para convencer seu eleitorado que as ações promovidas pelo Estado estavam de acordo com as necessidades para a saída de crônica insegurança econômica dos anos de crise. Harvey (2005, p.50) coloca que: “The effect was to divert attention from capitalism and corporate power as in any way having anything to do with either the economic or the cultural problems that unbridled commercialism and individualism was creating”. Dessa forma como instrumento político da classe capitalista, o Partido Republicano promoveu uma agenda moralista de cunho evangélico, e baseou seus discursos na retórica da liberdade individual, para assim captar a sua base eleitoral. Harvey (2005, p.51) argumenta que:

The political structure that emerged was quite simple. The Republican Party could mobilize massive financial resources and mobilize its popular base to vote against its material interests on cultural/religious grounds while the Democratic Party could not afford to attend to the material needs (for example for a national health-care system) of its traditional popular base for fear of offending capitalist class interests. Given the asymmetry, the political hegemony of the Republican Party became more sure. Reagan's election in 1980 was only the first step in the long process of consolidating the political shift necessary to support Volcker's turn to monetarism and the prioritization of the fight against inflation.

A retomada do conservadorismo no país e a hegemonia pela qual o partido republicano se manterá no poder por toda a década de 1980, não devem ser desvinculadas do forte conteúdo ideologizante pela qual a nação foi submetida, sendo o Estado nacional o forte pregador dessa nova ideologia, segundo Harvey (2005, p.3): “Neoliberalism has, in short, become hegemonic as a mode of discourse. It has pervasive effects on way of thought to the point where it has become incorporated into the common-sense way many of us interpret, live in, and understand the world.” A ideologia neoliberal vem para representar a luta da classe capitalista pela retomada de seu poder, assim “The upper class had to move decisively if they were to protect themselves from

political and economic annihilation”. (HARVEY, 2005, p.15), dessa forma era necessário “a programmatic attempt to advance the cause of individual freedoms could appeal to a mass base and so disguise the drive to restore class power” (HARVEY, 2005, p.40).

Dentro desse contexto a resistência dos trabalhadores como classe se viu limitada pela construção do consenso neoliberal, assim ao se utilizar terminologias conhecidas e amplamente aceitas ao ideal nacionalista, a classe capitalista logrou através de o Partido Republicano restaurar a sua hegemonia de poder. Segundo Harvey (2005 p.32): “The word ‘freedom’ resonates so widely within the common-sense understanding of Americans that it becomes ‘a button that elites can press to open the door to the masses’ to justify almost anything.”. Logo a volta da ideologia do mercado auto-regulado as políticas de Estado impõe que “A self-regulation market demands nothing less than the institutional separation of society into an economic and a political sphere” (POLANYI, 2001, p.74).

2.3.1 O Ataque

“The PACTO strike was a watershed event in labor history”
NATCA’s President John Carr

Em agosto de 1981, no primeiro ano do presidente Ronald Reagan sob o comando da maior economia capitalista do mundo, o governo federal protagoniza junto ao sindicato dos trabalhadores do PACTO³ o marco inicial da nova forma de tratamento com os trabalhadores no país. O sindicato entrou em greve no dia 3 de agosto, em consequência milhares de vôos foram cancelados no país, entre as suas reivindicações estavam aumento salarial, melhores condições de aposentadorias e redução da jornada de trabalho, pautas comumente tratadas entre empregadores e entre sindicatos durante as negociações coletivas na Era de Ouro. Assim, Reagan dá o ultimato de que se os trabalhadores não voltassem aos seus postos de trabalho em 48 horas seriam todos demitidos, e cumpriu suas “palavras”.

E assim, mais de 11 mil trabalhadores foram demitidos, bem como não puderam ser empregados pela FAA (Federal Aviation Administration) novamente, sendo que o PATCO foi abolido como órgão para negociações dos trabalhadores - que assim por durante seis anos não obtiveram outra organização oficializada em substituição. A maior parte dos controladores de

³ Sindicato dos controladores de tráfego aéreos (Professional Air Traffic Controllers Association’s – PACTO)

tráfico aéreo eram membros do sindicato, os grevistas representavam 85 % da força total de trabalho do PACTO, em que 74% dos seus membros foram demitidos, e posteriormente repostos inclusive por militares, gastando cifras talvez até maiores com treinamento de novo pessoal do que poderia vir a ser a compensação das reivindicações dos trabalhadores grevistas. Alegando a ilegalidade do movimento e atacando a legitimidade das reivindicações sociais dos grevistas, o governo federal detinha grande apoio da população contra a greve. Assim, coloca-se que 59% da população apoiavam as ações do governo contra os trabalhadores, e apenas 30% eram simpáticos a sua causa, segundo as pesquisas da Pew Research conduzida logo após o desenrolar da greve. Esse episódio da história dos trabalhadores nos Estados Unidos representa um momento pelo qual a própria classe trabalhadora se pôs contra a sua causa. Harvey (2005, p. 50) coloca que: “Not for the first, nor, it is to be feared, for the last time in history has a social group been persuaded to vote against its material, economic, and class interests for cultural, nationalist, and religious reasons.” A greve do PACTO e suas conseqüências, não podem ser encaradas apenas como um caso isolado, e o fato de estar o Estado diretamente envolvido com o trágico desenrolar dos eventos demonstram o aval que agora estava sendo dada à classe dominante na maneira de tratar as organizações dos trabalhadores. Desse modo, acerca do que representou o desmantelamento do sindicato do PACTO, Harvey (2005, p.25) coloca que:

This signaled an allout assault on the powers of organized labour at the very moment when the Volcker-inspired recession was generating high levels of unemployment (10 per cent or more). But PATCO was more than an ordinary union: it was a white-collar union which had the character of a skilled professional association. It was, therefore, an icon of middle-class rather than working-class unionism. The effect on the condition of labour across the board was dramatic perhaps best captured by the fact that the Federal minimum wage, which stood on a par with the poverty level in 1980, had fallen to 30 per cent below that level by 1990. The long decline in real wage levels then began in earnest.

O desmantelamento do sindicato dos controladores de tráfico aéreo foi um marco representativo de que algo estava mudando, ou seja, o aviso de que algo iria ser modificado em nome da manutenção do modo de produção capitalista. Logo para a manutenção do sistema capitalista se fez necessário que o Estado reprimisse o poder político da classe trabalhadora. Assim, o “casamento entre o Liberalismo Econômico e a Democracia Social” (HOBSBAWN, 1995, p. 268) havia colapsado.

2.3.2 As Políticas de Ronald Reagan

“In the year just ended, the first decisive steps were taken toward a fundamental reorientation of the role of the Federal Government in our economy—a reorientation that will mean more jobs, more opportunity, and more freedom for all Americans. This long overdue redirection is designed to foster the energy, creativity, and ambition of the American people so that they can create better lives for themselves, their families, and the communities in which they live. Equally important, this redirection puts the economy on the path of less inflationary but more rapid economic growth.” (RONALD REAGAN, 10 fev. 1982)

Com o estado preocupante no qual se encontrava a economia no período que precedera as eleições presidenciais, com o desemprego crescendo e a inflação passando dos dois dígitos, era natural que a insatisfação com o governo democrata de Jimmy Carter fosse respondida nas urnas. Assim 1980 com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos, as políticas sociais e econômicas passariam por uma grande transformação em relação à Era de Ouro. Sob o seu governo foi capaz de encabeçar a retomada conservadora da política e da economia dos Estados Unidos da América. Reagan ganhou a eleição com uma enorme vantagem em relação ao seu adversário, não há dúvidas que isso tenha ocorrido em consequência da crise da década anterior, mas também se somou o fato de a figura do presidente era extremamente carismática e populista, “His message was simple and popular, getting ‘government off our backs’ and ‘making America strong again.’ These slogans were not just empty promises. Instead, they symbolized a dramatic reversal of existing policy traditions’ (GUTTMANN, 1994, p. 167)”.

Segundo Harvey (2005) a grande onda de desregulamentações que se sucederam em seu governo abriram um caminho sem entraves a liberdade dos mercados para as grandes corporações. Assim, a liberdade colocada aos mercados acarretou em aumento lucros e da concentração monopolista. Segundo Harvey (2005) a expressão “desindustrialização” se tornou comum, com as empresas se transferindo para regiões do globo que lhes proporcionassem melhores condições de lucratividade. As políticas do Estado neoliberal de Reagan atuaram em todos os setores da economia, sempre se colocando em favor da classe capitalista, assim “Reagan’s appointments to positions of power on issues such as environmental regulation, occupational safety, and health, took the campaign against big government to ever higher level” (HARVEY, 2005, p.25). Entre as principais medidas tomadas durante o governo de Reagan se encontram:

- a) *Corte de Impostos*: o governo propagou uma campanha em que vinculava a falta do dinamismo da economia a carga de impostos, e que assim com a diminuição dos impostos aos mais ricos, a economia seria capaz de crescer novamente ao incentivar o investimento que estava sendo tolhido pelo governo. Segundo Harvey (2005, p. 26): “Corporate taxes were reduced dramatically, and the top personal tax rate was reduced from 70 to 28 per cent in what was billed as ‘the largest tax cut in history’.”
- b) *Mudança na prioridade dos gastos do governo*: Reorientou seus gastos dos serviços sociais para as despesas militares. As tensões da guerra fria foram reforçadas nas propagandas do governo, fortalecimento o enorme complexo militar-industrial que passou a orientar enormes fatias do orçamento federal. Programas antipobreza foram maciçamente cortados da pauta orçamentária. A estrutura do complexo que se formou detém o caráter de monopólio, sendo que o setor apresenta suas características de ineficiência com altos custos públicos ao pentágono;
- c) *Desregulação*: A administração do governo Reagan proveu um ataque frontal à regulamentação industrial, passando a ocorrer uma grande concentração industrial com o afrouxamento das leis antitruste. O sistema financeiro foi alvo também de uma grande onda de desregulação. Segundo Guttman (1994, p.174): “ The Reagan administration also launched a frontal attack on so-called social policy regulation of harmful business practices across the entire spectrum of industry, including antipollution rules, consumer-protection provisions, workplace safety standards, and antidiscrimination rules.”;
- d) *Política Trabalhista*: O governo desencadeou uma forte atuação antitrabalhista, com a redução de direitos sociais e um ataque frontal as organizações sindicais, sua política foi a de enfraquecer as organizações da classe trabalhadora.

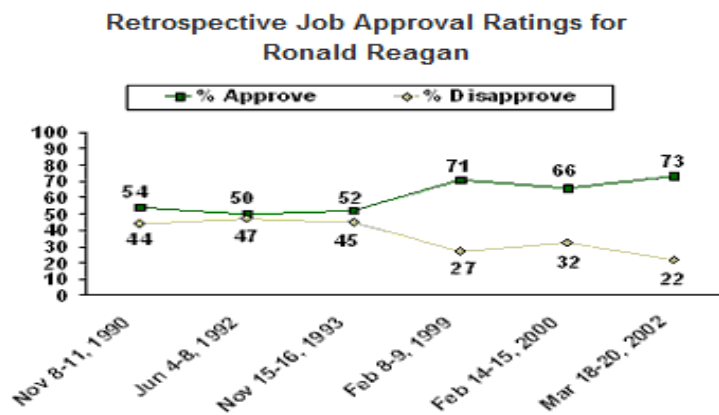
Esse conjunto de políticas, somado a política monetária antiinflacionária, ficou conhecido na literatura econômica como *Reaganomics*. Apesar das políticas do governo lograr a redução do desemprego e controlarem a inflação, o investimento permaneceu em patamares baixos e ocorre a deterioração dos programas federais. Entretanto, o resultado mais emblemático da *Reaganomics* foi o enorme aumento da desigualdade social. Assim, em relação às consequências das políticas do governo de Ronald Reagan, Guttman (1994, p.179) coloca:

The cumulative effects of these spending acts in terms of hunger, homelessness, inadequate health care, and decline of affordable public education are difficult to describe. [...] We as a nation waste many productive resources by allowing of Americans to be locked into often-hopeless poverty. The social tensions that arise from segregating society by class and race can explode suddenly with amazing force [...].

Entretanto, a figura carismática de Ronald Reagan não parece carregar consigo as consequências da *Reaganomics*, ao contrário a figura histórica do presidente republicado é hoje o mito do herói nacional. A figura 2 apresenta os resultados de uma pesquisa de opinião conduzida pela Gallupe, em que coloca qual foi a aprovação e desaprovação de Ronald Reagan em determinados anos na década de 1990, o resultado é desconsoante. A figura histórica de Ronald Reagan tem crescido sua aprovação entre a população estadunidense, algo muito complicado de compreender. Harvey (2005) denomina de *US neoconcevatives* a nova ordem moral que estava se colocando a ideologia nacional, logo através de uma condicionante conservadora de moral seria criado um laço social de cunho nacionalista. Harvey (2005) argumenta que: “Neoconcevatives is therefore entirely consistent with the neoliberal agenda [...].” Em Guttman (1994, p.184) acrescenta-se a nova ordem moral que:

The revival of utilitarian individualism in the Reagan era justified a "get-rich-quick" mentality among many Americans. That focus on material self-interest undermined our sense of civic responsibility and ethical behavior. The widespread indifference, even hostility, toward the rest of society embodied in this individualistic attitude had very negative effects on the quality of public discourse.

Figura 2- Pesquisa de Opinião: Aprovação de Reagan



Fonte: Gallupe

3 AS CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO PARA A CLASSE TRABALHADORA

O objetivo desse capítulo é demonstrar as consequências da implementação das políticas neoliberais para a classe trabalhadora dos Estados Unidos da América. Os anos que sucederam o final do consenso keynesiano demonstraram que grandes modificações tiveram de ser promovidas para manter o funcionamento das engrenagens do sistema capitalista, assim as perdas ocorridas em consequência da crise dos anos de 1970 não foram de forma alguma partilhadas de maneira igual por todos os envolvidos no “contrato social”, alguém em nome da continuidade do sistema capitalista teve que perder. A alavancada do conservadorismo foi bem sucedida em pender essas perdas para um dos lados na assimetria de poder do capital, a classe trabalhadora viu sua participação nos ganhos sobre a renda reduzidos e a deterioração do seu padrão de vida, enquanto a classe capitalista ampliava o seu poder político e concentrava a riqueza do país.

O presente capítulo levanta dados, análises e conclusões de trabalhos que se concentraram em levantar estatísticas relevantes para a compreensão da situação colocada pelo neoliberalismo à classe trabalhadora nos Estados Unidos da América. Esse capítulo se divide em três seções; a seção 2.1 discorre sobre o aumento da desigualdade de renda no país, a seção 2.2 apresenta a discussão a cerca do aumento da pobreza e seus sintomas; e por final a seção 2.3 discute a situação da organização sindical dos trabalhadores após a ruptura do “contrato social”.

3.1 O NEOLIBERALISMO E A DESIGUALDADE

O relatório do United States Census Bureau de junho de 2000, *The Changing Shape of the Nation's Income Distribution*, inicia-se com o questionamento: Estariam os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres? A conclusão da análise de dados do relatório sugere que sim. O relatório não se propõe a identificar as causas do problema, concentrando-se em apenas expor as evidências encontradas em relação à evolução da distribuição da renda no país, deixando espaço para diferentes compreensões do por que do fenômeno. O fato que relatório nos coloca é que em um curto período de tempo a desigualdade de renda aumentou drasticamente nos Estados Unidos da América. Demonstra-se no relatório o que tem se passado com a distribuição de renda nos país entre 1967-98, em que se destacam os anos de 1980 como a década que marca o início

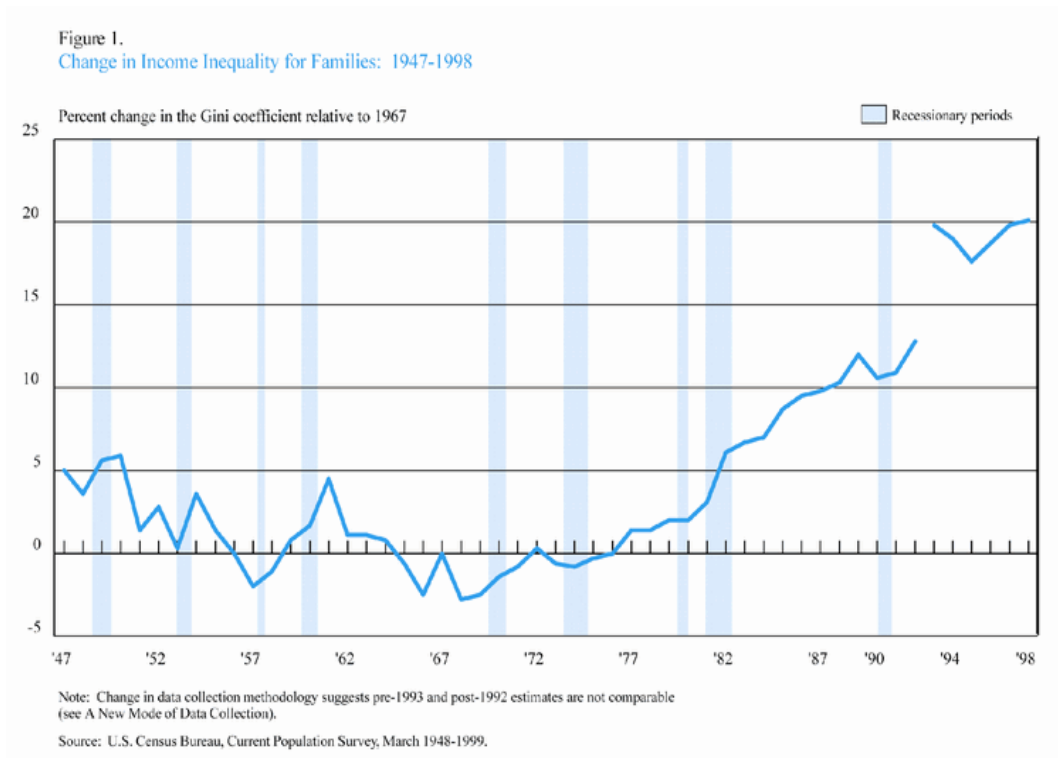
desse enorme crescimento da desigualdade. No final do relatório já em sua conclusão, observa-se a ocorrência de um distanciamento entre os salários de empregos de alta produtividade, com maior nível educacional, e os de baixa produtividade, como os empregos ditos “braçais”. No entanto, o relatório do Census Bureau não busca levantar respostas para as causas da presente tendência de aumento da desigualdade entre a renda destinada ao trabalho. Uma possível resposta a questão levantada, poderia ser encontrada na análise de Harvey (1992), a qual sugere que reestruturação neoliberal do sistema capitalista proporcionou o reaparecimento de formas mais convencionais da exploração do trabalho, passando assim o sistema a conviver com diferentes estruturas de exploração do trabalho, desde os mecanismos mais modernos as mais arcaicas formas das relações de trabalho. Assim, coloca-se que a flexibilização das relações de trabalhos promovida pelas políticas neoliberais acarretou em precarização do trabalho.

As figuras 3 e 4 foram retiradas do relatório *The Changing Shape of the Nation's Income Distribution* de 2000 do Census Bureau, e nos demonstram claramente uma tendência de aprofundamento da concentração de renda no país. A figura 3 apresenta as variações do Índice de Gini⁴ entre os anos de 1947-98 com o ano-base em 1967, na qual se observa a ocorrência de uma ruptura abrupta na variação do Índice de Gini a partir do início da década de 1980. O gráfico da figura 3 marca na parte colorida vertical os períodos de recessão econômica, em que se podem observar uma tendência de aumento do Índice de Gini nos momentos de desaquecimento da economia. Durante o período de 1947 até meados da década de 1970, observa-se que há uma tendência de queda do Índice de Gini, e já no final dessa década o índice passa a apresentar uma reversão em sua variação, o índice passa a uma tendência de crescimento, ou seja, a renda tem se tornado mais concentrada. Durante a década de crise, o gráfico da figura 3 nos demonstra que a concentração de renda estava aumentando, no entanto é durante a recessão do início da década de 1980 que essa tendência se acentua, com um abrupto aumento da desigualdade. Com a estabilização da economia e a volta do crescimento do produto a partir de 1983, a tendência de crescimento do Índice de Gini se mantém, tendência essa contrária aos períodos anteriores

⁴ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.” FONTE: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada)

levantados no gráfico, nos quais se pode observar que após o aumento do índice em períodos de recessões a desigualdade de renda volta a decrescer. O gráfico deixa claro que a partir dos anos de 1980 ocorreu uma reorientação da distribuição da renda no país, aumentando a desigualdade.

Figura 3- Variação percentual do Índice de Gini, relativo a 1967

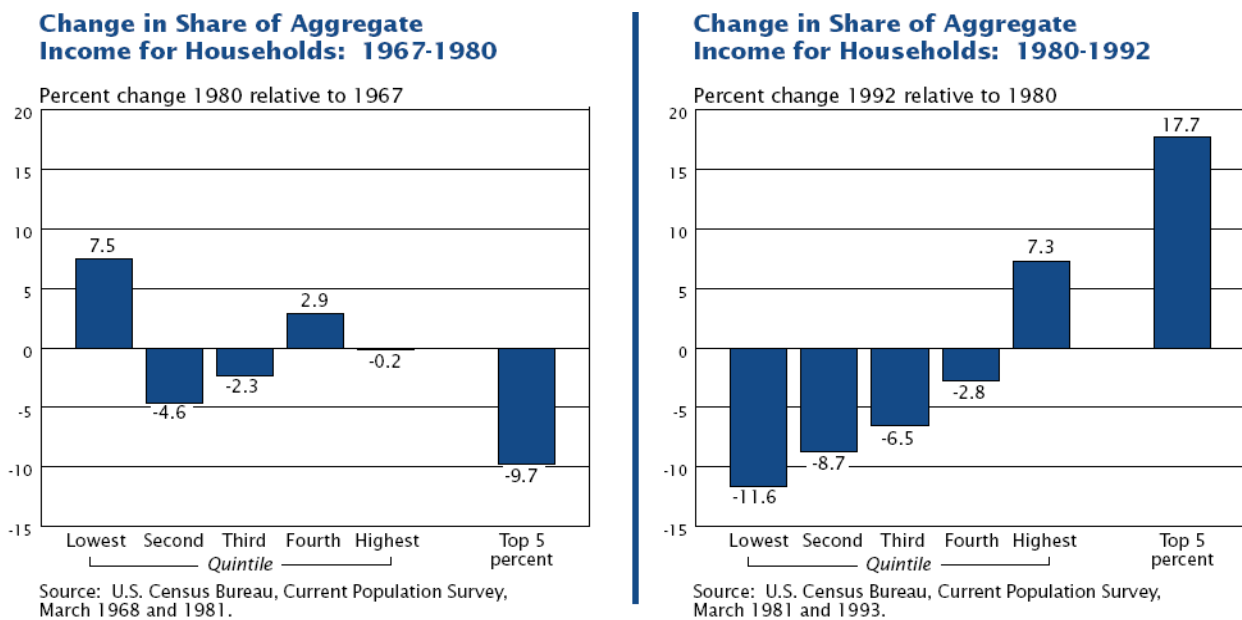


Fonte: Census Bureau (2000)

A figura 4 é dividida em dois períodos, ambos apresentam a porcentagem da variação da participação total na renda de seis diferentes camadas sociais. No primeiro período é demonstrada a variação no ano de 1980 em relação ao ano de 1967, destaca-se nesse período que a participação na renda do topo da pirâmide social, dos 5% mais ricos, decresceu em quase 10%, enquanto a participação na renda dos 20% mais ricos se manteve quase estável com uma pequena queda de sua participação, já os 20% mais pobres aumentaram em 7,5% a sua participação na renda. O segundo período apresenta uma dinâmica completamente distinta na variação da participação na renda entre as diferentes camadas sociais, a variação aparece em escala progressiva da base para o topo, ou seja, quanto maior a riqueza de determinada camada social, maior foi o aumento da variação de sua participação na renda, e quanto menor a riqueza de determinada camada social maior foi o encolhimento de sua participação na renda. Assim,

coloca-se que os 5% mais ricos usufruíram um aumento de sua participação na renda em 17,5%, enquanto os 20% mais pobres decresceram em 11,6% sua participação na renda. Na figura 4 também se observa que apenas os 20% mais ricos aumentaram a sua fatia na distribuição da renda, sendo que o restante da população viu sua participação na renda se reduzir na distribuição do bolo dos rendimentos. A figura 4 apresenta claramente uma distinção no padrão da variação da distribuição de renda entre os dois períodos, com os anos de 1980 sendo um período de forte concentração de renda nos Estados Unidos da América.

Figura 4- Variação da participação na renda das famílias em dois períodos: 1967-80 e 1980-92

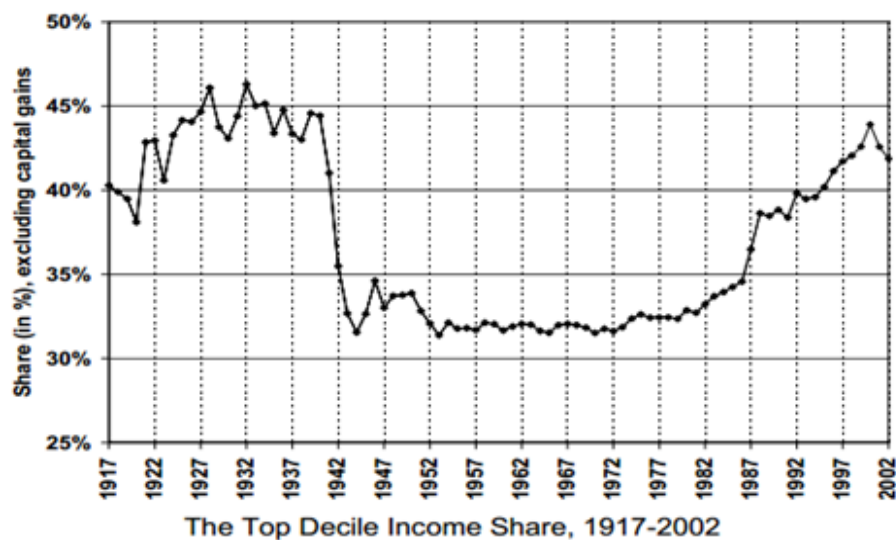


Fonte: Census Bureau (2000)

A continuação da análise sobre o aumento da desigualdade de renda nos Estados Unidos discorre a cerca do trabalho *Income and Inequality in the United States, 1913-2002* de Thomas Piketty e Emmanuel Saez (2004), o qual apresenta a evolução da participação da renda e dos salários do topo da pirâmide social dos EUA, entre 1913 e 2002. A construção das estimativas no trabalho dos autores se baseia em dados recolhidos de declarações de imposto de renda do *Internal Revenue Service*, desde o ano de 1913. O trabalho de Piketty e Saez (2004) nos coloca que ao longo do século XX, ocorre um padrão em formato de ‘U’ da participação dos ganhos da classe mais alta sobre a renda e os salários.

As figuras 5 e 6 foram retiradas do trabalho Piketty e Saez (2004), e nos apresentam o padrão ‘U’ da participação dos rendimentos do topo da pirâmide social dos Estados Unidos, a figura 5 expõe a participação da renda dos 10% mais ricos enquanto a figura 6 apresenta a participação dos 0,01% mais ricos, em ambas às figuras o padrão de ‘U’ pode ser visualizado. A figura 5 demonstra uma brutal queda na participação da renda dos 10% mais ricos ao longo da II Guerra Mundial, apresentando após essa queda uma relativa estabilidade durante todo o período da Era de Ouro. A participação na renda dos 10% mais ricos volta a crescer a partir do início dos anos de 1980, década da implementação das políticas neoliberais no país, destacando-se os anos de 1986-87 quando o aumento da participação na renda dos 10% mais ricos foi mais intenso. Dessa forma, coloca-se que ao final dos anos de 1990 os 10% mais ricos voltam a apresentar níveis de participação na renda similares ao do período anterior a II Guerra Mundial, conseguindo superar 40% da renda gerada no país. A figura 6 demonstra uma tendência similar, no entanto com uma maior flutuação na participação da renda dos 0,01% mais ricos durante o período. No início do século XX os 0,01% mais ricos detinham uma renda 400 vezes maior do que a renda média, e nos anos de 1970 essa diferença despencou para 50 vezes a renda média, e em 2002 já apresenta o patamar de estar 300 vezes superior a renda média nacional (PIKETTY E SAEZ, 2004, p.9).

Figura 5- Participação na renda dos 10% mais ricos, 1913-2002

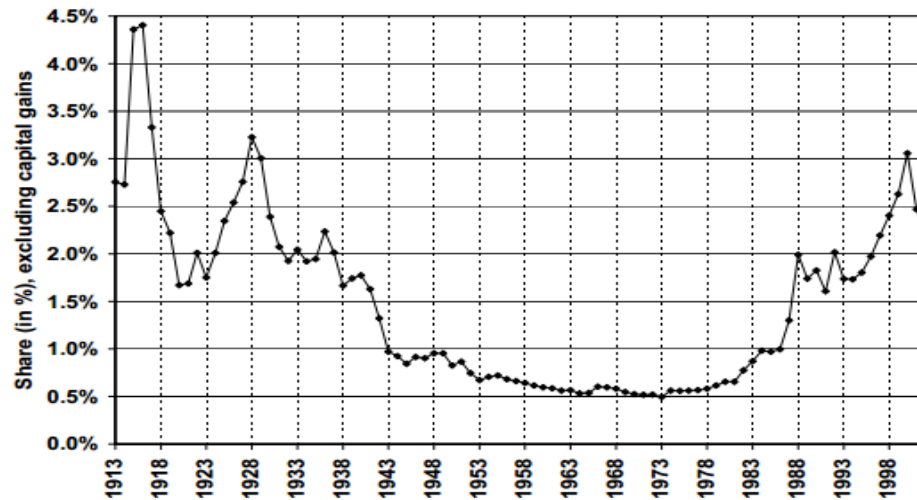


Source: Table A1, col. P90-100.

Income is defined as market income but excludes capital gains.

Fonte: Piketty e Saez (2004)

Figura 6- Variação na participação na renda dos 0,01% mais ricos, 1913-2002



The Top 0.01% Income Share, 1913-2002

Source: Table A1, col. P99.99-100.

Income is defined as market income but excludes capital gains.

Fonte: Piketty e Saez (2004)

Em Piketty e Saez (2004), os autores colocam que a participação na renda das camadas mais altas da sociedade estadunidense não foi capaz de recuperar seus patamares anteriores aos da II Guerra Mundial ainda no período posterior, provavelmente por causa das políticas implementadas pelo estado de bem-estar social, em que aumentam os impostos sobre a acumulação de capital e instituíram a progressividade do imposto de renda. Argumentam que a brutal queda que ocorreu na participação da renda dos mais ricos no período da II Guerra Mundial é em parte consequência do aumento dos impostos para o financiamento das despesas militares, sendo que a manutenção do patamar encontrado após a queda da participação na renda dos mais ricos foi consequência do arranjo institucional do pós-guerra. No entanto, os autores colocam que não conseguem provar de fato uma relação direta entre impostos progressivos e a diminuição da desigualdade, assim enfatizam que o propósito central em seu trabalho está na demonstração da evolução da concentração da renda e dos salários no país. A partir dos anos de 1970, a apropriação de parcelas cada vez maiores da renda por parte dos mais ricos pode ser explicada em parte dentro das mudanças institucionais ocorridas no período, no entanto, mesmo que se possa observar um significativo aumento da concentração de renda após o *Tax Reform Act* de 1986 uma relação direta não pôde ser provada. Visto que as figuras 5 e 6 mostram que a média de crescimento da participação da renda dos mais ricos entre 1986-87 não é significativamente maior que a média de seu crescimento posterior. Os autores argumentam que a *Tax Reform Act*

não é capaz de explicar a continuidade do crescimento da desigualdade de renda, apenas podendo ser relacionada como uma variável transitória, ou seja, a tendência de aumento da concentração da renda nos Estados Unidos é consequência de modificações econômicas mais complexas. Os autores assim argumentam que:

We do not deny that fiscal manipulation can have substantial short-run effects, but we argue that most long-run inequality trends are the consequence of real economic change, and that a short-run perspective might lead to attribute improperly some of these trends to fiscal manipulation. (PIKETTY; SAEZ, 2004, p. 3)

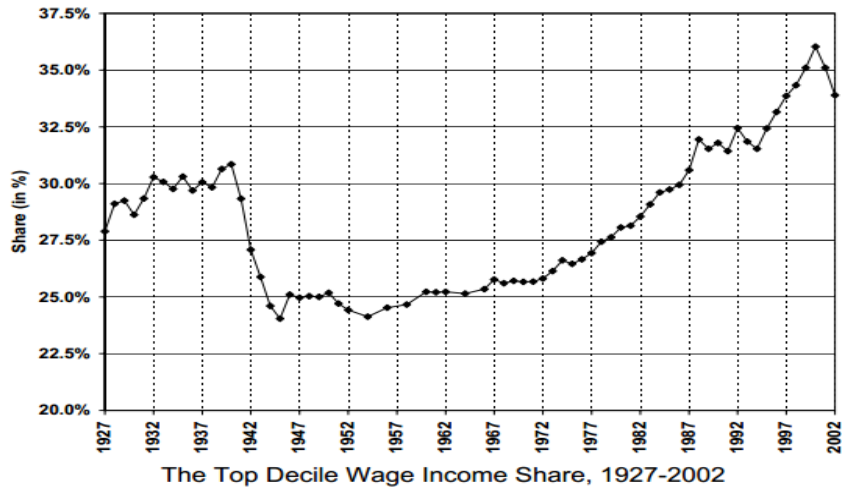
A figura 7, retirada de Piketty e Saez (2004), mostra a participação do topo dos 10% mais ricos na renda destinada aos salários, na qual novamente é apresentada a sua evolução no formato de ‘U’ ao longo do século XX. Pode-se observar na figura 7 que durante o período anterior à II Guerra Mundial a participação da renda dos salários dos 10% mais ricos era relativamente estável, já durante o desenrolar da guerra ocorre uma grande redução da participação dos altos salários no total, sendo colocado pelos autores que possivelmente esse abrupto declínio advenha do maior controle do Estado sobre o aumento de salários durante a economia de guerra. No entanto, assim como ocorreu com a participação na renda dos 10% mais ricos, a participação na renda dos salários dos 10% mais ricos não retornou ao seu nível anterior com o final da guerra, voltando a crescer a sua participação novamente na renda dos salários somente durante a crise dos anos de 1970. É importante ainda observar que ao comparar a figura 7 e a figura 5, demonstra-se que o processo recuperação do crescimento da participação dos salários dos 10% do topo ocorreu anteriormente do que ao processo de recuperação do crescimento da renda dos 10% mais ricos.

Na figura 8, retirada de Piketty e Saez (2004), os autores utilizaram em sua estimativa para os salários dos CEO⁵ pesquisas realizadas pela revista Forbes, e fazem uma comparação entre a evolução da média salarial dos Estados Unidos e os rendimentos pagos aos CEO dentro do país, a partir de 1970 até 2002. Enquanto a renda média dos salários se manteve estável durante as últimas três décadas do século XX, variando ao redor dos 50 mil dólares, os salários pagos aos CEO cresceu em mais de dez vezes de 1970 ao final da década de 1990, demonstrando uma tendência de rápido crescimento. A figura 8 é capaz de nos exemplificar de forma clara o

⁵ Abreviação em inglês para *Chief Executive Officer*, que corresponde ao mais alto escalão do trabalho gerencial do comando de grandes corporações.

aumento da concentração da renda dos salários que tem se manifestado nas últimas décadas nos Estados Unidos da América.

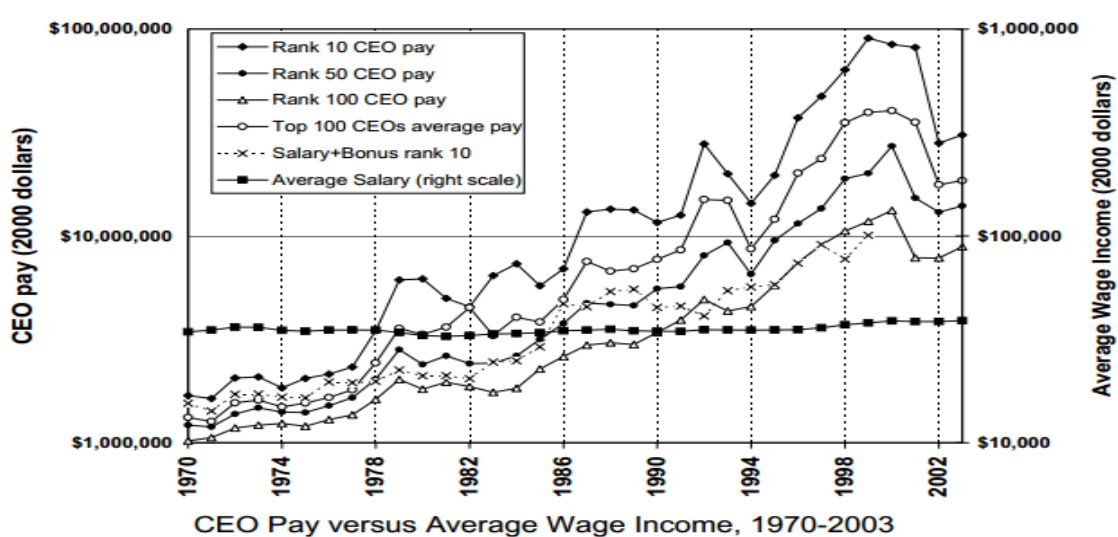
Figura 7- Variação na participação da renda dos salários, 1913-2002



Source: Table B2, col. P90-100.
Wage income includes bonuses, and profits from exercised stockoptions.

Fonte: Piketty e Saez (2004)

Figura 8- Remuneração dos CEO versus a média salarial, 1970-2003



Source: Table B4. Logarithmic scales.
The average wage income (right scale) is estimated as the total wages and salaries from National Income and Products Accounts divided by the total number of full-time equivalent employees.
CEO pay includes salary, bonus, and profits from exercised stock-options
All estimates are expressed in 2000 dollars using the official CPI.

Fonte: Piketty e Saez (2004)

Em Piketty e Saez (2004), é importante ainda ressaltar que os autores argumentam que a queda ocorrida na participação dos altos salários foi significativamente menor do que a queda ocorrida da participação da renda dos mais ricos, logo explicando que foi a queda da renda de capital que ocasionou a abrupta perda da parcela da renda do topo da pirâmide social nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX. Os autores concluem em seu trabalho observando que a participação dos altos salários na renda do trabalho apesar de ter se recuperado apenas a partir de 1970, encontram-se hoje em um nível muito superior ao que estavam antes da II Guerra Mundial.

O trabalho de Gérard Duménil e Dominique Lévy *Neoliberal Income Trends: Wealth, Class and Ownership in the USA* de 2004, utiliza-se também em sua análise as estimativas elaboradas por trabalhos de Piketty e Saez. Os autores sugerem que com o advento do neoliberalismo a relação antagônica entre as classes sociais permaneceu extremamente acentuada, no entanto ocorre uma reconfiguração das relações de classe. Os autores argumentam que: O “Neoliberalism has been the vector for the emergence of this ‘two-tier capitalism’ as a new framework for social relations, the institutional expression of the compact between capitalist and upper-salaried classes versus de rest.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 106). Como demonstrado anteriormente pela análise de Piketty e Saez (2004), há um enorme crescimento dos altos salários em relação a média salarial, tal fato provocou o surgimento de ‘trabalhadores ricos’ entre os capitalistas, sendo esses aqueles que recebem seus rendimentos na forma de salários mas passaram a ter os mesmos interesses que aqueles que são os possuidores dos meios de produção. Dessa forma, Duménil e Lévy (2004) argumentam que:

At this level, at what we have called the ‘interface between ownership and management’ owners, boards of directors and top management coexist and interact. Managers – where they are not originally scions of capitalist families- are transformed into owners by the scale of their remuneration. (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 128)

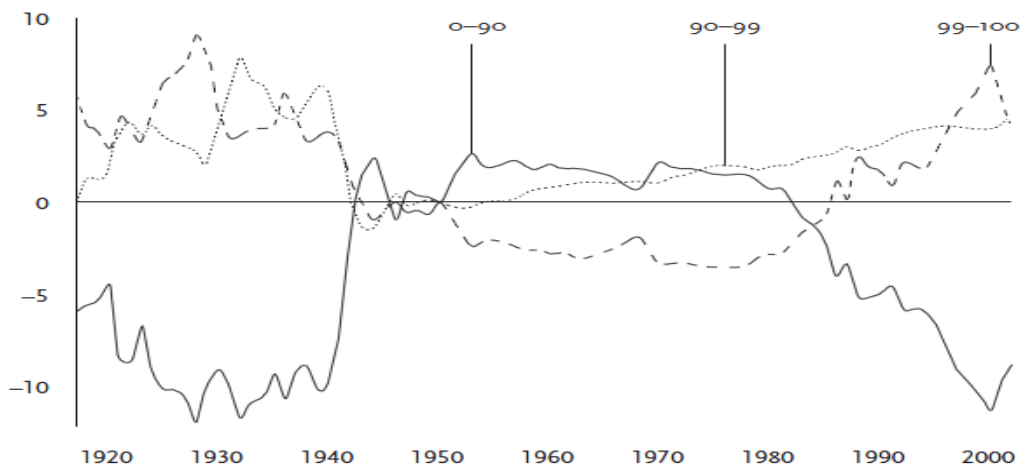
As figuras 9 e 10, retiradas de Duménil e Lévy (2004), ilustram novamente a evolução histórica da concentração da renda e dos salários para o século XX nos Estados Unidos, porém nessas figuras há a comparação entre variação da participação na renda de três diferentes camadas sociais, que estão divididas pelas famílias que se encontram entre as 0-90% da base, as 90-99% e 99-100% do topo. Na figura 9, observam-se dois momentos de ruptura da evolução da participação da renda das famílias que se encontram nas frações entre 0-90 e 99-100, o primeiro

ocorrido durante a II Guerra Mundial, e o segundo ocorrida no início da década de 1980 com o advento das políticas neoliberais. Com uma relação inversa, as famílias da fração 0-90 e 99-100, obtiveram uma variação abrupta na sua participação na renda durante ambos os períodos, no entanto para as famílias que se encontram na fração de 90-99, no segundo momento não há evidência de ruptura da evolução do crescimento de sua participação na renda, a recuperação da sua parcela de renda perdida durante a guerra foi lenta e progressiva.

Durante a guerra a fração 0-90 aumentou sua participação na renda em 10%, enquanto ocorre uma queda de similar magnitude para as outras duas frações de 5%. Com o advento do neoliberalismo as famílias que se encontram na fração entre 0-90 virão sua participação na renda drasticamente ser reduzida enquanto ocorre um brutal crescimento da participação na renda para o topo das famílias 1% mais ricas. É importante ressaltar que entre as famílias das camadas mais altas da sociedade estadunidense a variação do aumento de sua parcela na renda ocorreu de forma distinta entre as frações 90-99 e 99-100, diferentemente do que ocorreu com o topo do 1%, a renda das famílias que se encontram entre 90-99, aumentou progressivamente após a queda de sua participação na renda durante a II Guerra Mundial, Duménil e Lévy (2004, p.119) argumentam que devido à composição da renda das famílias que se encontram na fração 90-99, é plausível concluir que foram os salários os responsáveis por essa progressiva recuperação.

Figura 9- Participação na renda para três frações de famílias, incluindo ganhos de capital, 1917-2002

FIGURE 8. Shares of total household income, including capital gains, received by three fractiles (deviation from 1950), 1917–2002



All series normalized to 0 for 1950. In 1950, the values were 65.4 per cent for the fractile 0–90; 22.6 per cent for 90–99; and 12.0 per cent for 99–100. Source: Piketty and Saez, 'Income Inequality', table A2.

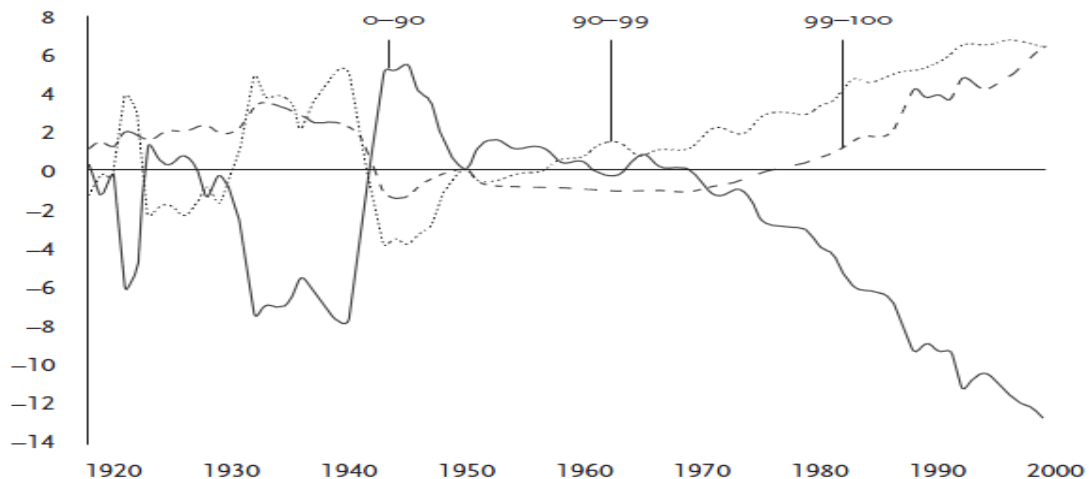
Fonte: Duménil e Lévy (2004, p.118)

Na figura 10 é apresentada a variação da renda dos salários para as mesmas três distintas frações de famílias; 0-90, 90-99 e 99-100. A observação de maior relevância encontrada no gráfico da figura 10 está no que ocorreu com distribuição da renda dos salários a partir da década de 1970, esse período marco o início de uma tendência de concentração da renda dos salários sem precedentes. A figura 10 mostra que a participação da renda dos salários para as famílias da fração 0-90, decaiu em 13% durante os últimos trinta anos, em contraste nesse mesmo período as outras duas frações aumentaram sua participação nos salários em 6% cada, logo a tendência a concentração é clara e sem semelhanças com a variação do período anterior.

A recuperação do crescimento da participação nos salários da fração das famílias do 1% do topo ocorre significativamente depois do início da recuperação da fração das famílias entre 90-99, no entanto, é importante acentuar que essa fração detém um número muito maior de indivíduos que aquela. Desta forma, o crescimento da renda dos salários que são conferentes as famílias que se encontram entre a fração 99-100 foi em média bem maior do que o aumento da participação da renda dos salários das famílias que se encontram entre a fração 90-99, e sua recuperação também ocorreu muito mais rapidamente.

Figura 10- Participação na renda dos salários para três frações de famílias, 1918-99

FIGURE 9. Shares of total household wages received by three fractiles (deviation from 1950), 1918–1999



All series have been normalized to 0 for 1950. In 1950, the values were 73.9 per cent for the fractile 0–90; 21.0 per cent for 90–99; and 5.1 per cent for 99–100. Source: Piketty and Saez, 'Income Inequality', table A2.

Fonte: Duménil e Lévy (2004, p.119)

As análises das figuras anteriores demonstraram que passou a ocorrer uma tendência à concentração da renda após a implementação das políticas neoliberais nos Estados Unidos da América. Em Duménil e Lévy (2004), os autores discorrem sobre as características que passam a surgir à sociedade estadunidense com a abrupta diferenciação dos salários entre os “trabalhadores ricos” e o restante da classe trabalhadora, sugerindo que há uma nova reconfiguração dentro das relações de classes. Os receptores dos altos salários não seriam meramente agentes passivos do processo de reprodução capitalista, pelo contrário são atores no processo. Dessa forma, é possível entender que:

This rise of ‘remuneration’ was so concentrate at the apex of the hierarchy, and so accentuated, that it can hardly be interpreted as a reward for improved managerial skills - or for rising ‘marginal productivity’ in the neoclassical jargon, measured by the hike of stock prices. Rather, what is at stake is a privileged device to channel surplus towards a fraction of the ruling elite. (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 117)

Desse modo, Duménil e Lévy (2004, p.132) nos colocam que sob o neoliberalismo a classe capitalista foi capaz de utilizar essa polarização entre os assalariados em sua vantagem para concretizar a restauração de seu poder. Em Duménil e Lévy (2004), ao final do trabalho, os autores questionam se com a acentuação das tensões de classes no neoliberalismo os “trabalhadores ricos” não estariam errados em sua escolha. Pois mesmo ao se colocarem ao lado dos interesses da classe capitalista não lhes foi concedido o mesmo poder político, acabando assim por se encontrarem em uma situação de extrema vulnerabilidade dentro do conflito de classes.

3.2 A POBREZA

As figuras e tabela subsequentes foram retirados do United States Census Bureau, e assim, sucintamente, essa seção explica como fazem a medição da pobreza no país. O Census Bureau segue as definições implementadas pelo *Office of Management and Budget (OMB)*⁶ na *Statistical Policy Directive 14*, de 1978, a qual deve ser usada pelas agências federais para

⁶ *Office of Management and Budget (OMB)* é um dos escritórios do Gabinete dos Estados Unidos na Casa Branca, sendo o maior escritório do *Executive Office of the President of the United States (EOP)*.

trabalhos estatísticos, no entanto, programas de ajuda social do governo não necessariamente precisam seguir os critérios oficiais.

O Census Bureau para determinar quem é pobre utiliza a tabela oficial (faixas de renda representadas na tabela da figura 11, corrigidos os valores monetários para o ano de 2011) que fixa limites mínimos para a renda monetária das famílias, que variam pela sua composição de idades e tamanho. São diferenciadas as faixas de limites de pobreza conforme as necessidades de cada família, originariamente foram derivadas as necessidades familiares no início da década de 1960 pelo *U.S. Department of Agriculture Food Plan*, com base na porção da renda que era destinada a gastos com alimentação. As faixas de valores da tabela formulam um padrão geral de renda monetária para todo o país com propósitos estatísticos, não sendo necessariamente uma descrição completa das necessidades de cada família ou indivíduos em particular. Atualmente, a tabela oficial não considera as variáveis de diferenças geográficas, mas acrescenta na formulação de suas faixas de valores monetários a inflação medida pelo CPI-U⁷ (*Consumer Price Index*), ao invés da variação de custos dos alimentos medida pelo *U.S. Department of Agriculture*. As rendas que são incluídas para medir a situação de pobreza das famílias são: Salário, pensão alimentícia, aposentadorias, juros, dividendos, royalties; Seguridade social; seguro desemprego, assistência pública, seguro a veteranos, assistência educacional, entre outros. Benefícios não monetários como subsídios à moradia e vale-refeição não são incluídos no computo da renda das famílias para a medição da pobreza, bem como não se incluem ganhos ou perdas de capital.

Para o computo da situação de pobreza são somados a renda monetária de cada membro da família, no caso em que o total dos rendimentos monetários das famílias se encontre abaixo da faixa determinada para cada estrutura familiar, a família e todos os seus membros são considerados pobres. Caso a família tenha uma renda igual ou maior que a estipulada na tabela conforme a sua composição de membros, a família e todos os seus membros não se encontram em situação de pobreza oficial. A mensuração da pobreza pelo Census Bureau, no entanto, não inclui crianças com menos de 15 anos de idade que não vivem em ambientes familiares, bem como não inclui pessoas adultas que não possuem residência convencional, como os moradores de rua. Assim, o cálculo da pobreza acaba por excluir uma parte da população em situação social e econômica extremamente vulnerável do “universo estatístico da pobreza”.

⁷ O *Consumer Price Index* (CPI) mede a variação média ao longo do tempo dos preços pagos pelos consumidores urbanos de uma cesta de bens e serviços. FONTE: Bureau of Labor Statistics.

Figura 11- Tabela dos Limites para a Pobreza
Poverty Thresholds for 2011 by Size of Family and Number of Related Children Under 18 Years

Size of family unit	Weighted average thresholds	Related children under 18 years								
		None	One	Two	Three	Four	Five	Six	Seven	Eight or more
One person-unrelated individual	11.484									
Under 65 years.....	11.702	11.702								
65 years and over.....	10.788	10.788								
Two people.....	14.657									
Householder under 65 years...	15.139	15.063	15.504							
Householder over 65 years	13.609	13.596	15.446							
Three people.....	17.916	17.595	18.106	18.123						
Four people.....	23.021	23.201	23.581	22.811	22.891					
Five people.....	27.251	27.979	28.386	27.517	26.844	26.434				
Six people.....	30.847	32.181	32.309	31.643	31.005	30.056	29.494			
Seven people.....	35.085	37.029	37.260	36.463	35.907	34.872	33.665	32.340		
Eight people.....	39.064	41.414	41.779	41.027	40.368	39.433	38.247	37.011	36.697	
Nine people or more.....	46.572	49.818	50.059	49.393	48.835	47.917	46.654	45.512	45.229	43.487

Source: U.S. Census Bureau.

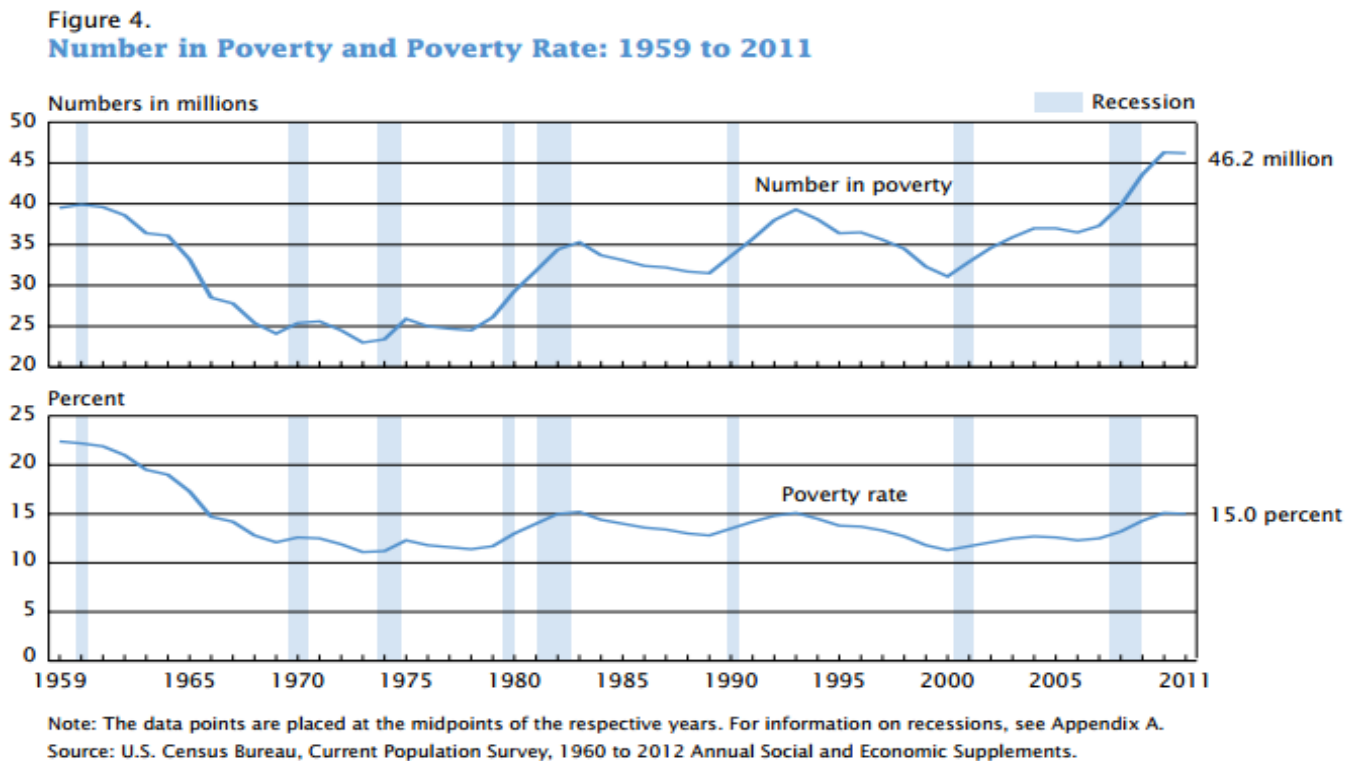
Fonte: United States Census Bureau

3.2.1 O Neoliberalismo e a Pobreza

O United States Census Bureau publica relatórios anuais os quais abrangem o tema da pobreza no país, e a partir do ano de 2003 é elaborado o relatório *Income, Poverty and Health Insurance Coverage in the United States*, em que se unificou temas que se encontravam separados por relatórios anteriores. O relatório demonstra a evolução da variação anual da renda média, a variação da taxa de pobreza e a variação da população com cobertura médica, no entanto, o relatório não se preocupa em fazer uma análise histórica das variáveis, apenas se focando se a variação para o ano em questão é estatisticamente significativa em relação ao ano anterior, mas mesmo não sendo a sua proposta central de análise, o relatório proporciona tabelas e gráficos que apresentam a evolução histórica das variáveis analisadas. As figuras 12 e 13 foram retiradas do relatório de 2012, e são muito importantes para demonstrar o que tem ocorrido com a pobreza no país.

A figura 12 coloca a variação do número de pessoas que se encontram em situação de pobreza e a evolução da porcentagem de pobres da população, entre o ano de 1959 e 2011. Na parte superior do gráfico, pode-se observar que durante períodos de recessão econômica os números de pessoas que passam para uma situação de pobreza aumentam, no entanto essa variação se mostra muito superior nas recessões ocorridas após o final da década de 1970, após a crise do sistema de bem-estar social. Durante o final dessa década até meados da década de 1980, 10 milhões de pessoas nos Estados Unidos passara a viverem com uma renda a baixo do limite da pobreza. Durante a Era de Ouro do capitalismo o número de pessoas que se encontravam em situação de pobreza foi o menor registrado na história do país, chegando a ser inferior a 25 milhões de pessoas. Na primeira metade dos anos de 1990 o número de pobres já se encontrava quase o mesmo do final da década de 1950, chegando ao ano de 2011 a superar essa margem com 46,2 milhões de pessoas que se encontram em situação de pobreza no país, o que representa quase o dobro do foi registrado durante a Era de Ouro.

Figura 12- Evolução do número de pessoas pobres e da taxa de pobreza, 1959-2011



Fonte: Census Bureau (2012)

Apesar do espantoso aumento do número absoluto de pessoas que se encontram em situação de pobreza obviamente ao longo na última metade do século XX a população do país também aumentou, a segunda parte do gráfico nos coloca a porcentagem de pobres da população total. Durante a Era de Ouro, o Estado de bem-estar social foi capaz de reduzir a taxa de pobreza em a metade do que se encontrava no início da década de 1960, atingindo quase apenas 10% da população na primeira metade da década de 1970. Durante o período de crise com a ruptura do estado de bem-estar social a taxa de pobreza atinge 15% da população, o mesmo patamar a qual se encontra atualmente. Apesar da porcentagem de pobres ter decaído no final dos anos de 1980 e também ao final dos anos de 1990, a taxa de pobreza no país não voltou a alcançar o mesmo nível que logrou atingir durante a Era de Ouro.

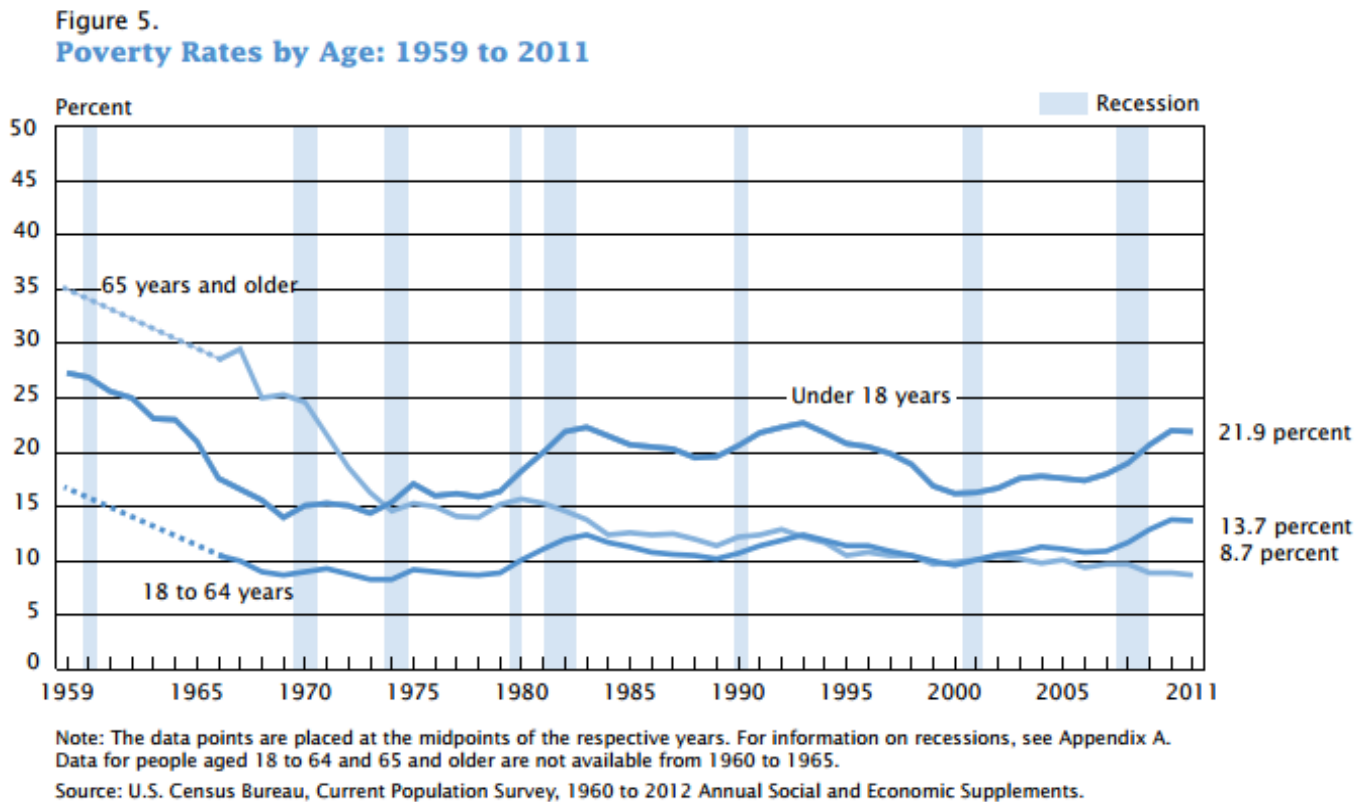
A figura 13 apresenta a variação das taxas de pobreza entre três faixas etárias distintas da população. Entre a população com mais de 65 anos a taxa de pobreza vem diminuindo progressivamente ao longo das últimas décadas, apesar de esse ritmo de queda ter diminuído durante a década de 1970. A faixa etária de 18 a 64 anos apresentou durante a Era de Ouro níveis de pobreza flutuando na margem inferior dos 10%, com a crise no final da década de 1970, essa margem passa a flutuar acima dos 10%. O advento da ruptura do sistema de bem-estar social foi mais sentido pela população que se encontrava com menos de 18 anos de idade, a taxa de pobreza nessa faixa etária aumentou de 15% para mais de 20% no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, mantendo valores acima dos 20% ao longo de toda a década de 1980 e início da década posterior. Logo, configura-se que a população mais vulnerável as reformas neoliberais foram as crianças e adolescentes.

No início dos anos de 1960, os idosos apresentavam as taxas mais altas de pobreza, sendo substituídos atualmente pelas crianças e jovens, das quais no ano de 2011, uma em cada cinco pessoas nessa faixa etária se encontram em situação de pobreza. Atualmente, os idosos apresentam a menor taxa de pobreza em relação aos adultos e as crianças, possivelmente tal configuração advém dos frutos conquistados na seguridade social durante o estado de bem-social. Mesmo não sendo a proposta de esse trabalho relatar a desigualdade da relação de gênero, é importante ressaltar a situação da disparidade social e econômica entre mulheres e homens, pois ainda hoje o sistema patriarcal impõe às mulheres a responsabilidade do cuidado com as crianças um peso muito maior que aos homens. De tal forma, a distinção entre os papéis sociais de mulheres e homens provoca que os índices de pobreza entre famílias lideradas por mulheres

sejam muito superiores ao das famílias lideradas por homens, sendo que em 2011, 31,2% das famílias sustentadas apenas por mulheres se encontram em situação de pobreza, em contrastes com apenas 6,2% das famílias sustentados por casais com mulheres e homens, e 15,8% das famílias sustentadas somente por homens.

O relatório do Census Bureau também coloca que o recorte racial entre as taxas de pobreza é ainda muito desigual, sendo que em 2011 a porcentagem de brancos a baixo da linha da pobreza era de 9,8% , enquanto taxa de pobreza entre os negros é de 27,6%, o que representa que mais de 10 milhões de pessoas negras se encontram em situação pobreza hoje no país. Logo, interpreta-se que na sociedade estadunidense a opressão de gênero e raça ainda está longe de desaparecer. As figuras apresentadas nessa seção demonstram que a partir do período da implementação das políticas neoliberais, claramente há o aumento dos níveis de pobreza nos Estados Unidos da América.

Figura 13- Taxas de pobreza conforme a faixa etária, 1959-2011



Fonte: Census Bureau (2012)

3.2.2 Os Sintomas da Pobreza

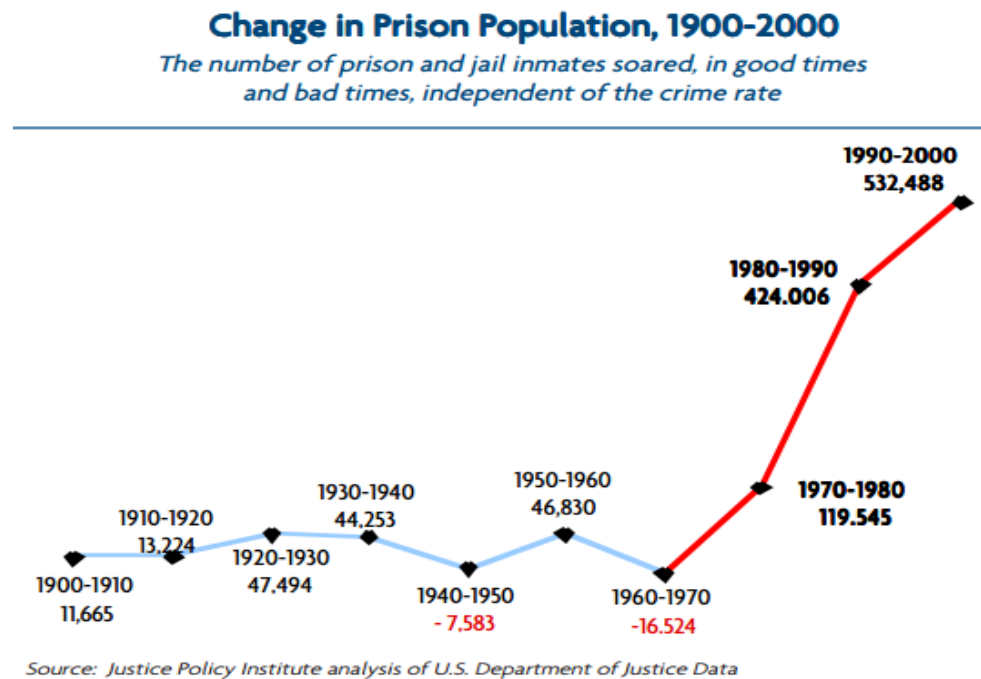
Como demonstrado nas seções anteriores, podemos observar que durante o mesmo período das últimas décadas do século XX concomitantemente com o aumento da desigualdade social ocorreu o aumento dos níveis de pobreza, assim inevitavelmente passaram a surgir uma série de restrições sociais para as populações mais vulneráveis ao sistema, logo se dificulta o acesso à educação de qualidade, limita-se o acesso à saúde, há o aumento da violência e da opressão de grupos historicamente discriminados. A exclusão social a qual conseqüentemente se impõe a população em conjunto com o aumento da desigualdade e o aumento da pobreza é uma proposição de bastante complexidade, de tal modo nessa seção estão levantados alguns exemplos das dificuldades que tem sido colocadas às comunidades mais pobres dos Estados Unidos da América durante as últimas décadas.

O *Justice Policy Institute*⁸, no ano de 2000 publicou o trabalho *The Punishing Decade: Prison and Jail Estimates at the Millennium*, o qual faz um levantamento da população carcerária do país. A publicação levanta os dados acerca do total de pessoas que se encontram em prisões federais e estaduais ao longo do século XX. O crescimento do número de pessoas atrás das grades nas duas últimas décadas é espantoso. Em relação à variação da população carcerária nos Estados Unidos, demonstra-se na figura 14 que até a década de 1970 o número de pessoas adicionadas à população carcerária nunca havia ultrapassado 50 mil prisões por década, sendo que por duas décadas ainda apresenta-se uma redução do número de presos em relação à década anterior. Entretanto, a partir da década de 1970 inicia-se um processo de elevação abrupta do número de detenções, e durante essa década ocorreram mais que o dobro do número de detenções que haviam ocorrido em qualquer período anterior. E assim o número de detenções continua a aumentar em uma escala sem precedentes, durante a década de 1980 se amplia para 424 mil pessoas que foram adicionadas à população carcerária, e logo na próxima década seriam mais de 500 mil detenções. O gráfico da figura 14, retirada do *Justice Policy Institute*, demonstra essa evolução da variação do número de prisioneiros para cada década do último século. A tendência apresentada no gráfico da figura 14 demonstra uma ampliação de enorme magnitude da população carcerária dos

⁸ “Justice Policy Institute is a national nonprofit organization that changes the conversation around justice reform and advances policies that promote well-being and justice for all people and communities. Our research and analyses identify effective programs and policies and we disseminate our findings to the media, policymakers and advocates, and provide training and technical assistance supports to people working for justice reform.” Fonte: Justice Policy Institute

Estados Unidos a partir da crise dos anos de 1970, sendo que ainda o relatório sugere que o número de punições não é reflexo direto do aumento dos crimes de caráter violento

Figura 14- Aumento da população carcerária em cada década, 1900-2000

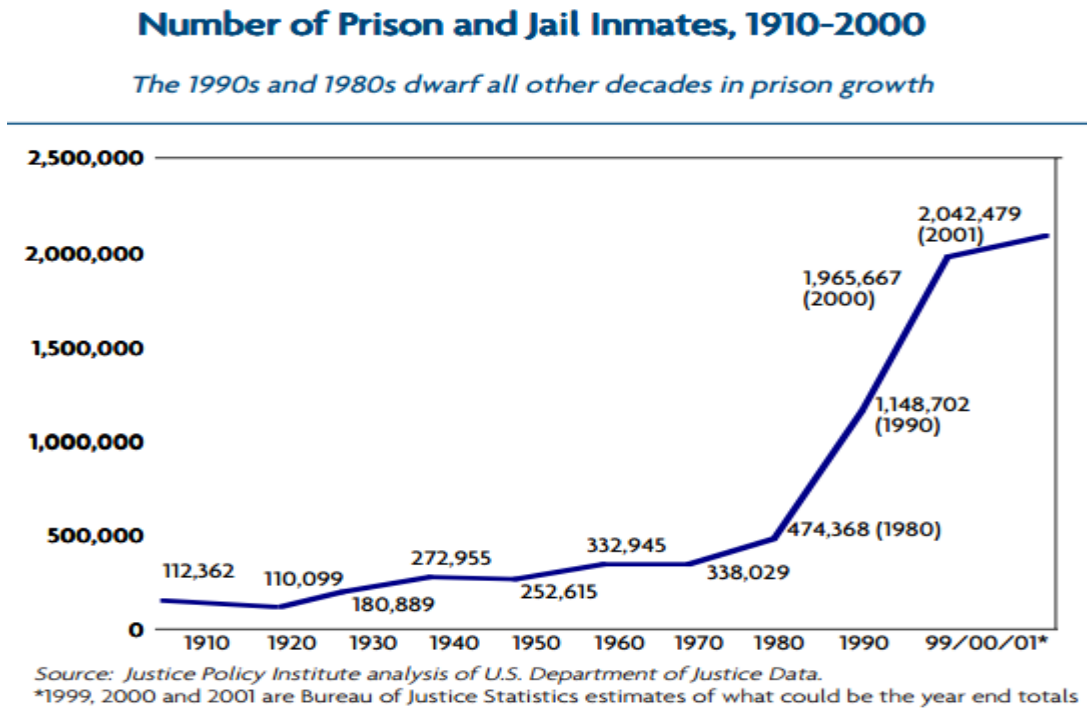


Fonte: Justice Policy Institute, (2000)

A figura 15, retirada também do *Justice Policy Institute*, mostra o número total de prisioneiro ao início de cada década, observa-se na figura 15 que os Estados Unidos chegariam ao início do milênio com mais de 2 milhões de pessoas vivendo em prisões, um número sem precedentes históricos. A publicação sugere ainda que se contabilizada a população carcerária na elaboração da taxa de desemprego, essa poderia se elevar em mais de 2%, o que leva a distorções sobre as reais características do mercado de trabalho do país. Bem como é necessário acentuar as características raciais da população carcerária, demonstrando a enorme exclusão social imposta a determinadas comunidades. Segundo a publicação os negros têm uma taxa de encarceramento 6,6 vezes maior que dos brancos, assim como, apesar da população negra ser em 2000, 13% da população total os negros representavam metade das pessoas que se encontravam nas prisões federais no mesmo ano. O sistema prisional mostra uma situação perturbadora que vem ocorrendo com os jovens negros, pois a criminalização da pobreza se coloca pesadamente sobre a

população negra do país. Nos Estados Unidos tanto a taxa de pobreza se apresenta mais elevada para a população negra, assim quanto é mais elevada a sua taxa de encarceramento, demonstrando a situação de vulnerabilidade social na qual se encontram ainda os negros estadunidenses.

Figura 15- Variação do número total da população carcerária por década, 1900-2000



Fonte: Justice Policy Institute (2000).

A publicação do *Justice Policy Institute* também levanta dados referentes aos custos do sistema prisional dos Estados Unidos. Segundo a publicação ao final da década de 1990, para manter uma população carcerária de 1,2 milhões de pessoas que não estão classificadas entre crimes violentos, os Estados Unidos detiveram um gasto 50% maior que os custos de programas sociais do governo que atingem 8,5 milhões de pessoas. Assim como esses gastos são seis vezes maiores que o orçamento destinado a creches para 1,25 milhões de crianças. O abrupto aumento da população carcerária não pode ser meramente interpretado como simplesmente resultado de um aumento da criminalidade. A situação que se desencadeou a partir da década de 1970 demonstra que as modificações implementadas pelo neoliberalismo detiveram uma atuação central nessa guinada do sistema jurídico em aumentar enormemente o encarceramento da

população, destacando-se a política promovida “war on drugs” do governo de Ronald Reagan. Assim, o sistema prisional se coloca para o neoliberalismo como um instrumento chave para o controle social da população mais pobre do país, bem como recai mais intensamente sobre as comunidades historicamente oprimidas. Com o aumento da pobreza se fez necessário estruturar mecanismos sociais de contenção das populações mais vulneráveis do sistema capitalista, ou seja, é necessário manter as populações excluídas sob controle, e o sistema carcerário veio a cumprir um papel importante para o neoliberalismo. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 211):

Elas [as penitenciárias] são a imagem do mundo do trabalho burguês levado as últimas consequências, imagem essa que o ódio dos homens coloca no mundo como um símbolo contra a realidade em que são forçados a se transformar. O indivíduo fraco, atrasado, animalizado tem que sofrer, qualificado, uma forma de vida à qual se resigna sem amor; encarnizada, a violência introvertida repete-se nele. O criminoso que, ao cometer seu crime, põs sua autoconervação acima de tudo, tem na verdade um eu mais fraco e mais instável, e o criminoso contumaz é um débil.

O sistema de saúde nos Estados Unidos é majoritariamente privado, ou seja, o país não dispõe de um sistema de acesso universal à saúde. O governo tem dois programas maiores de planos de saúde subsidiados; o Medicare, destinados aos idosos; e o Medicaid, para famílias de baixa renda, no entanto atualmente são quase 50 milhões de pessoas no país que não possuem nenhuma cobertura médica. O documentário *Sicko* de Michael Moore lançado em 2007 nos apresenta um sistema de saúde caro e excludente. O documentário relata a complexidade para aprovações de contratos de planos de saúde e discorre sobre como é a política de aprovação dos tratamentos médicos, demonstrando o funcionamento de um sistema de saúde comprometido com a lógica predatória do mercado em detrimento da promoção do bem-estar dos cidadãos estadunidenses. Os relatos do filme, mesmo dentro da dramatização cinematográfica, são capazes explicitar os muitos problemas que a população mais pobre enfrenta ao acesso à saúde nos Estados Unidos. O documentário é bem sucedido em comparar as enormes diferenças do sistema de saúde entre os países ocidentais, apresentando uma brutal disparidade em relação ao baixo acesso da população mais pobre ao sistema de saúde estadunidense. De tal forma, coloca-se uma situação intrigante para os Estados Unidos, de como o país mais rico do mundo não é capaz de suprir uma das necessidades mais básicas da dignidade humana; a de propiciar um acesso à saúde de qualidade para toda a sua população.

Em 1993, o *Economic Policy Institute*⁹ publica o estudo *The Impact of Health Care Financing on Family Budgets* o qual utiliza dados referentes ao ano de 1987 para demonstrar os gastos no orçamento das famílias em saúde, em conforme com a sua faixa de renda. A análise da situação da saúde no país ano de 1987 é bastante ilustrativa para o propósito desse trabalho por apresentar como o sistema de saúde se encontrava já ao final do governo de Ronald Reagan.

A figura 16 coloca a porcentagem de pessoas que possuem planos de saúde divididos em dez categorias pela faixa de renda. Na coluna (1) da figura 16, é colocado o total de pessoas que possuem plano médico, demonstrando que quanto menor for a faixa de renda, menor é a porcentagem de pessoas que possuem algum tipo de cobertura médica. Continuando na coluna (2) é colocado que os postos de trabalho com menores rendimentos são aqueles que tem a menor porcentagem de indivíduos com planos de saúde empresarial. A diferença entre os empregos que propiciam cobertura médica é muito desparelha entre as faixas de renda, as famílias que se encontram entre os 10% com a renda mais alta tem mais de 80% de seus membros assegurados por planos de saúde proporcionados pelo empregador, já entre os 20% com renda mais baixa menos de 18% das pessoas detém o mesmo benefício.

Essa situação colocada pela diferença de cobertura médica proporcionadas pelo posto de trabalho é capaz de mostrar o quão vulnerável se encontram os trabalhadores em relação à proteção social do trabalho promovida no país. Ainda a figura 16 coloca que entre os 10% com a menor faixa de renda apenas 29,3% das pessoas possuem planos médicos privados sendo que desse montante 13,4% são de planos de saúde empresarial, e quase metade dessas pessoas se utilizam da cobertura médica subsidiada pelo governo, como o Medicare, o Medicaid entre outros. As famílias que se encontram em níveis de renda menores claramente não possuem as mesmas condições de acesso à saúde das faixas de renda mais elevada. De tal modo, não há dúvidas de que o sistema de saúde dos Estados Unidos não é inclusivo, ele não cobre de forma adequada as pessoas de baixa renda.

⁹ “The Economic Policy Institute (EPI), a non-profit, non-partisan think tank, was created in 1986 to broaden discussions about economic policy to include the needs of low- and middle-income workers.” Fonte: Economic Policy Institute

Figura 16- Porcentagem de pessoas com cobertura médica em 1987

Table 3
Percent of Persons with Health Insurance Coverage, 1987
(By Family Income Decile)

Family income Decile (Income Range)	Insured (1)	Employer Coverage (2)	Other Private (3)	Total Private (4)	Medicare (5)	Medicaid (6)	Other Pu (7)
1a Top 5% (Above \$92,912)	95.4%	80.7%	16.1%	94.6%	5.8%	0.2%	0.0%
1b (\$72,153-92,912)	95.7	82.8	13.9	93.5	5.0	0.5	0.2
2 (\$52,558-72,152)	93.1	81.5	11.1	90.3	5.4	0.9	0.1
3 (\$41,968-52,557)	93.1	78.6	13.8	90.1	5.8	1.7	0.2
4 (\$33,700-41,967)	91.2	75.2	14.3	86.8	7.6	2.5	0.4
5 (\$26,799-33,699)	87.7	67.0	16.7	81.3	12.0	3.6	0.7
6 (\$21,098-26,798)	84.9	59.4	18.7	76.0	15.5	5.7	0.7
7 (\$15,998-21,097)	80.1	49.5	18.9	65.9	18.0	9.1	1.6
8 (\$10,956-15,997)	72.5	31.5	20.3	50.5	20.1	16.5	3.4
9 (\$6,240-10,955)	71.2	17.5	22.3	39.5	27.2	23.8	3.7
10 Lowest 10% (Below \$6,240)	66.1	13.4	15.9	29.3	20.3	30.0	3.5
All Persons	85.6%	60.5%	16.2%	74.7%	12.3%	7.5%	1.2%

Fonte: Economic Policy Institute (1993)

Assim como ocorre entre os diferentes níveis de renda na porcentagem de pessoas que possuem cobertura médica, a porcentagem do orçamento das famílias destinado a gastos médicos incide de forma desigual sobre as famílias com níveis de renda mais baixos. Assim, o relatório do *Economic Policy Institute* coloca que os gastos das famílias em saúde incidem de forma regressiva sobre a renda. A figura 17 mostra os gastos das famílias em saúde, colocados em três distintas categorias segundo a fonte de seus recursos:

- a) Custos ‘Out of Pocket’ são os gastos em franquias, os gastos em medicamentos e nas demais despesas médicas que não são cobertas pelos planos de saúde. Esses custos incidem de forma pesada sobre as famílias com planos de saúde de baixa qualidade e cobertura, pois seus custos aumentam conforme a necessidade de utilização do plano, assim como são custos muito grandes para aquelas famílias que não detêm nenhum tipo de cobertura médica;

- b) Custos ‘Premiums’ são os gastos com planos de saúde, os quais podem ser pagos diretamente pelas famílias ou pagos pelo empregador na forma de descontos no salário no caso de planos de saúde empresarial, também estão incluídos os gastos com o Medicaid;
- c) Custos ‘Public Sector’ são aqueles financiados através de impostos, no geral tal forma de custo incide de forma progressiva sobre a renda.

Figura 17- Gastos das famílias em planos de saúde em 1987

Family Income Decile (Income Range)	Out of Pocket (1)		Total Premiums' (2)		Public Sector ² (3)		Total Expenditures (4)	
	Dollars	Percent of Income	Dollars	Percent of Income	Dollars	Percent of Income	Dollars	Percent of Income
1a Top 5% (Above \$92,912)	\$1,222	1.0%	\$2,362	2.0%	\$9,650	7.3%	\$13,234	10.2%
1 b (\$72,153-92,912)	1,056	1.3	2,302	2.8	5,396	6.6	8,754	10.8
2 (\$52,558-72,152)	1,033	1.7	2,149	3.5	3,807	6.2	6,989	11.4
3 (\$41,968-52,557)	857	1.8	2,002	4.3	2,743	5.8	5,602	12.0
4 (\$33,700-41,967)	917	2.5	1,864	5.0	2,046	5.4	4,827	12.9
5 (\$26,799-33,699)	768	2.6	1,590	5.3	1,547	5.1	3,905	12.9
6 (\$21,098-26,798)	767	3.2	1,461	6.1	1,158	4.9	3,386	14.2
7 (\$15,998-21,097)	739	4.0	1,187	6.4	828	4.4	2,755	14.9
8 (\$10,956-15,997)	721	5.4	883	6.5	542	4.0	2,146	15.9
9 (\$6,240-10,955)	728	8.5	680	7.9	348	4.1	1,756	20.5
10 Lowest 10% (Below \$6,240)	432	11.6	314	8.6	214	6.8	960	26.9
Average, All Families	\$814	4.2%	\$1,459	5.6%	\$2,097	5.4%	\$4,370	15.1%
Ratio (9/1a) ³	8.5		4.0		0.6		2.0	
Sum of Funding Type as a Percent of Total Expenditures	24%		31%		45%		100%	

Fonte: Economic Polict Institute (1993)

A tabela da figura 17 apresenta claramente uma relação inversa entre a porcentagem dos custos em saúde para as famílias e a sua faixa de renda, enquanto o topo das famílias mais ricas gasta 10,2% de sua renda em saúde, e para os mais pobres os custos em saúde ultrapassam ¼ de sua renda. De tal forma, os mais pobres têm uma parte significativamente maior de sua renda comprometida com um gasto o qual não podem simplesmente abdicar em ter, pois é o custo exigido para a própria manutenção da qualidade de suas vidas. Na coluna (1), referente aos custos

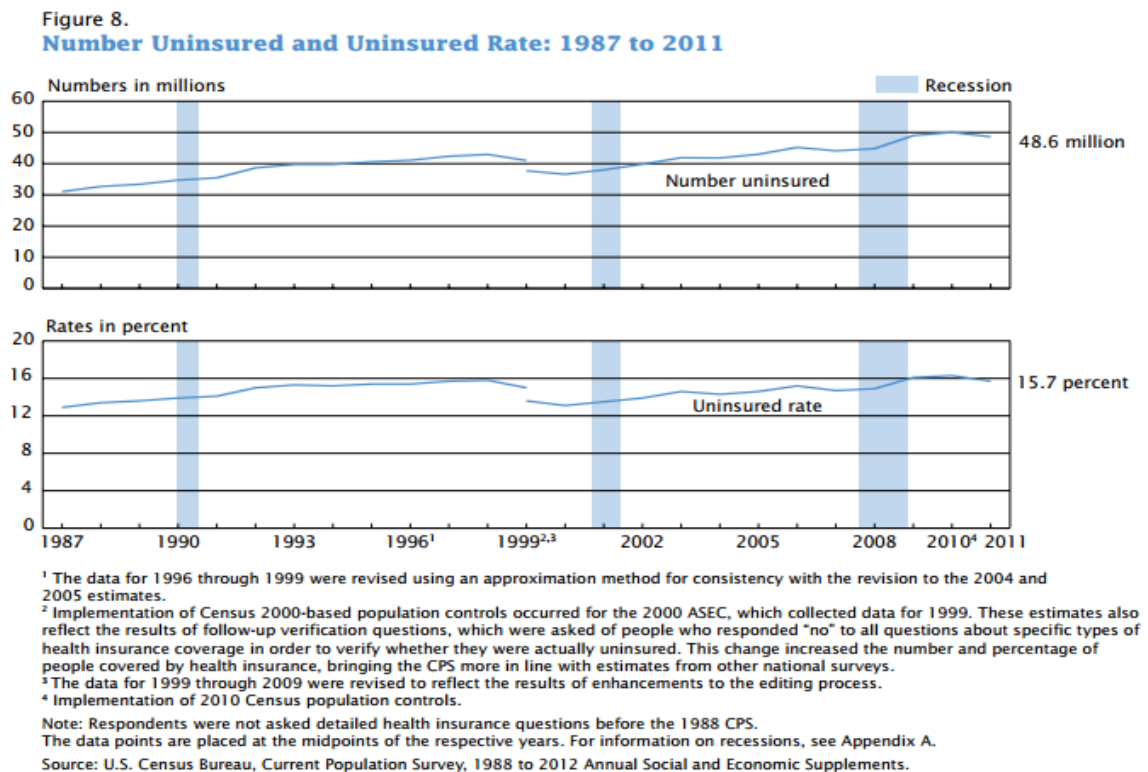
às famílias do tipo ‘out of pocket’, a distinção entre a parcela da renda dos ricos em relação aos pobres destinada ao custeio da saúde é a mais acentuada, os 10% do topo gastam 1% de sua renda com custos desse tipo, enquanto os mais pobres destinam dez vezes mais de sua renda para suprir as suas necessidades médicas. Os custos da coluna (2) também são regressivos em relação à renda, sendo que as famílias mais ricas destinam 2% da sua renda em gastos do tipo ‘premiums’ em contraste com 8,6% da renda gasta pelos mais pobres. A coluna (3), que coloca os custos dos impostos, apesar de sua incidência ser progressiva entre as faixas de renda, mostra uma situação anacrônica em que os custos para os 10% mais pobres acabam sendo maiores que os custos para os 20% mais ricos. A situação que se coloca nos gastos das famílias em saúde é extremamente desigual e excludente, assim o sistema acaba penalizando as famílias mais pobres que não podem deixar de pagar os custos que lhes são impostos pelo sistema de saúde do país, de tal forma, o acesso à saúde no país claramente se demonstra preocupante para as populações mais pobres.

A figura 18, encontrada no relatório do Census Bureau *Income, Poverty and Health Insurance Coverage in the United States in 2011*, coloca a evolução do número total de pessoas sem cobertura médica, e a variação na sua porcentagem, entre os anos de 1987 a 2011. Em 1987 eram 30 milhões de pessoas que não tinham cobertura médica, esse número aumentou para 48,6 milhões em 2011, sendo que a porcentagem de pessoas que não estão asseguradas também mostra uma tendência ascendente, com 15,7% do total da população que se encontram sem cobertura médica no ano de 2011. Atualmente, o debate político acerca da situação da saúde no país tem estado muito presente nas manchetes dos jornais, havendo uma grande preocupação em relação à elevação dessa porcentagem de pessoas sem nenhuma cobertura médica. No entanto, a situação política não é fácil, os conservadores representados pelo partido republicano têm demonstrado uma enorme resistência a qualquer modificação do sistema de saúde que possa vir a beneficiar as camadas mais pobres da população. Proclama que as tentativas de reforma do sistema de saúde por parte dos democratas viriam a “socializar o sistema”, temor esse há muitas décadas já presentes nos discursos de seus representantes. Como exemplo, em 1961, Ronald Reagan em seu discurso para a campanha *Operation Coffee Cup*¹⁰ já alertava os perigos da “socialização” do sistema de saúde aos cidadãos estadunidenses:

¹⁰ *Operation Coffee Cup* foi uma campanha promovida pelo *American Medical Association*, que através de vínculos publicitários, fazia oposição as propostas dos democratas que buscassem estender a seguridade social durante as décadas de 1950 e 1960.

One of the traditional methods of imposing statism or socialism on a people has been by way of medicine. It's very easy to disguise a medical program as a humanitarian project. Most people are a little reluctant to oppose anything that suggests medical care for people who possibly can't afford it. [...] Now the advocates of this bill, when you try to oppose it, challenge you on an emotional basis. They say "What would you do, throw these poor old people out to die with no medical attention?" That's ridiculous and of course no one's has advocated it.[...] I think we can be excused for believing that as ex-congressman Ferrand said, this was simply an excuse to bring about what they wanted all the time – socialized medicine.[...] Now in our country under our free enterprise system, we have seen medicine reach the greatest heights that it has in any country in the world. [...] This is a freedom that I wonder whether any of us have the right to take from any human being. (RONALD REAGAN, 1961, Operation Coffe Cup).

Figura 18- Número de pessoas sem cobertura médica e taxa de pessoas sem cobertura médica, 1987-2011



Fonte: Census Bureau (2011)

3.3 O NEOLIBERALISMO E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Com a reestruturação econômica promovida pelo *New Deal*, durante a década de 1930, ocorre um grande aumento do número de trabalhadores sindicalizados, o que conseqüentemente possibilitou ampliar também o poder de barganha da classe trabalhadora. No entanto, já em meados da década de 1960 a porcentagem de trabalhadores sindicalizados começa a decair, e com

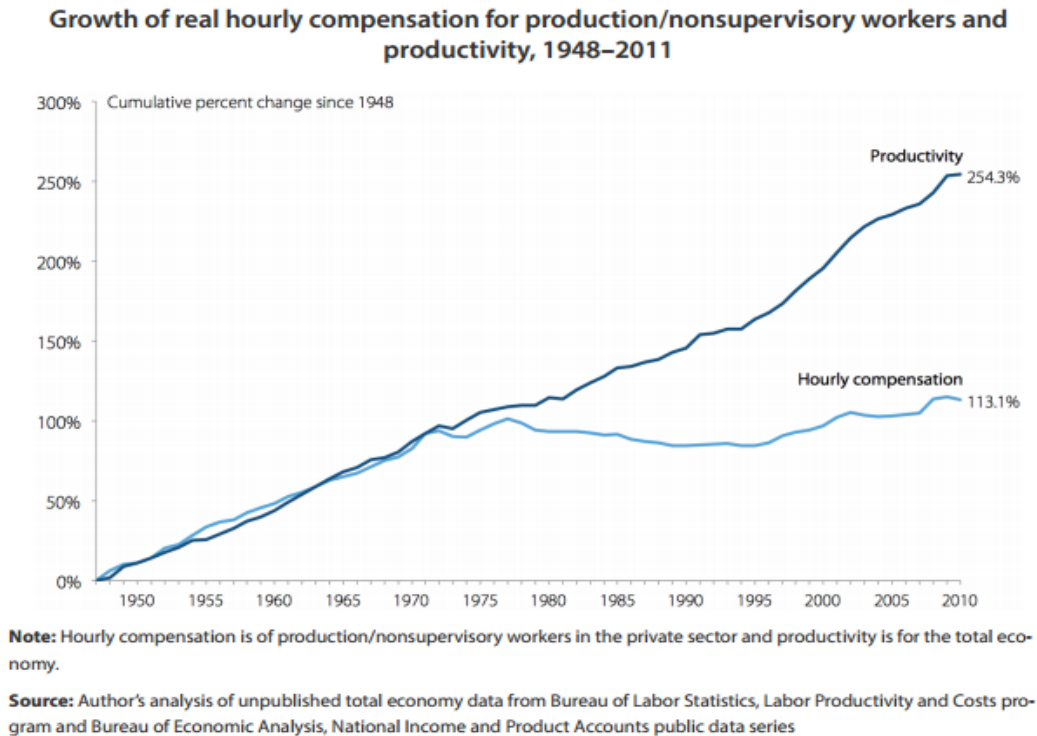
o advento das políticas neoliberais da década de 1980 se acentua a queda da participação dos trabalhadores em sindicatos nos Estados Unidos da América. Esta seção levanta alguns pontos importantes para compreender o impacto gerado pelo enfraquecimento das organizações sindicais para a classe trabalhadora.

Durante a Era de Ouro do capital os ganhos de produtividade gerados no paradigma de produção fordista foram repassado aos trabalhadores na forma de aumento dos seus salários reais, assim, como já levantado no capítulo 1, era essa a base do sistema de trocas de ganhos entre as classes sociais que foi capaz de sustentar os pilares do “contrato social” firmado no período. Com o advento da crise dos anos de 1970, a sustentação desses pilares ficou comprometida, assim nos anos de 1980 as políticas neoliberais vieram para romper esse ‘contrato social’ de trocas de ganhos, pois com o desenrolar da crise se fez necessário que a classe capitalista agisse em nome da continuidade da reprodução do sistema capitalista.

A figura 19 apresenta a comparação entre a evolução do crescimento dos salários reais pagos por hora de trabalho no setor privado e o crescimento cumulativo da produtividade entre 1948 e 2011, sendo que a figura 19 foi retirada da publicação de 2012 *The Wedges Between Productivity and Median Compensation Growth* do *Economic Policy Institute*. O gráfico da figura 19 demonstra que durante os anos de 1948-73 os ganhos em produtividade tendiam a ser acompanhado por aumentos reais pagos pelas horas trabalhadas, e a partir da metade da década de 1970 o crescimento dos salários reais se torna relativamente estagnado, enquanto a tendência de crescimento da produtividade permanece. A figura 19 coloca claramente a formação de um hiato entre o crescimento da produtividade e o crescimento das horas compensadas durante o período de implementação das políticas neoliberais. A publicação do *Economic Policy Institute* de 2012 aponta como explicação para o surgimento desse hiato o crescimento desigual dos salários que não seguiu o aumento do custo de vida, e a transferência da renda anteriormente destinada aos salários para o capital. Em sua conclusão a publicação nos coloca que a relação compreendida entre aumento de produtividade e melhoria no padrão de vida não tem se demonstrado verdadeiro quando analisado as últimas décadas da economia estadunidense, pois diferentemente do ocorrido na Era de Ouro, o padrão de vida da população não aumentou proporcionalmente com o crescimento da produtividade do trabalho. Logo com o aumento da concentração da renda o potencial aumento do padrão de vida que poderia advir do aumento da produtividade não é capaz de se concretizar, ainda com a estagnação do crescimento dos salários

reais o consumo das famílias passou a depender cada vez mais do nível de seu endividamento, tal deterioração da renda das famílias as tem tornado mais vulneráveis a eminência de crises financeiras.

Figura 19- Crescimento dos salários reais por horas e o crescimento da produtividade, 1948-2011

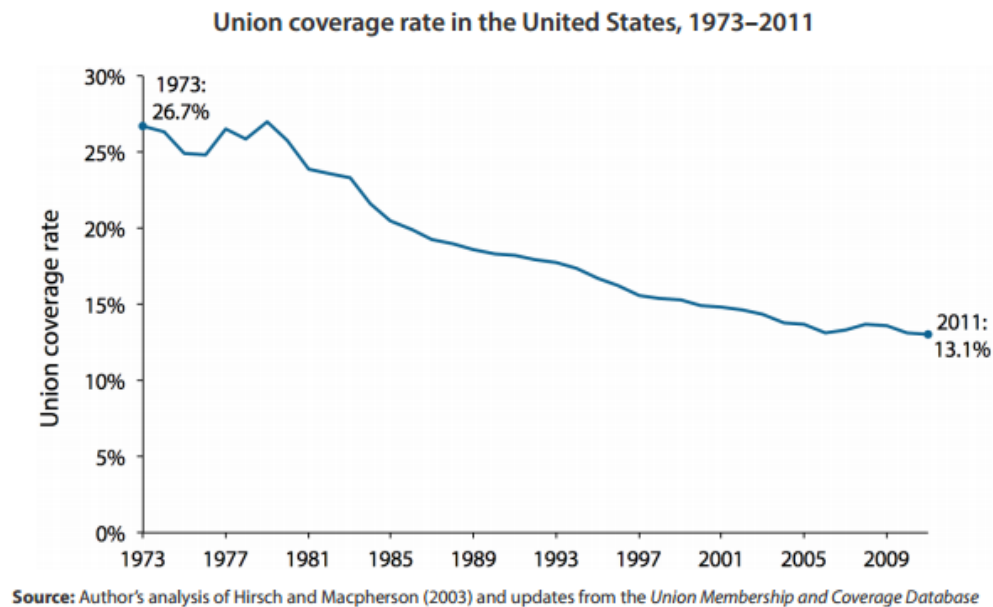


Fonte: Economic Policy Institute (2012)

Em outra publicação do *Economic Policy Institute* do ano de 2012, *Unions, Inequality, and Faltering Middle-Class Wages*, discorre acerca das consequências da redução da porcentagem de trabalhadores sindicalizados para a classe trabalhadora. A figura 20, retirada do relatório, apresenta a evolução da porcentagem de trabalhadores sindicalizados de 1973 até 2009, período o qual a participação dos trabalhadores em organizações sindicais se reduziu pela metade. Com a redução da taxa de sindicalização no país, conseqüentemente, há a redução do poder de barganha dos trabalhadores, no entanto a publicação coloca que não seria somente essa a razão da perda de poder dos sindicatos, pois concomitantemente com a redução da taxa de sindicalização os empregadores promovem uma forte campanha contra os sindicatos, que também acabaram por afetar intensamente a opinião pública no país, principalmente a partir do

advento do neoliberalismo na década de 1980. Dessa forma, a redução do poder de barganha dos sindicatos não teria sido apenas uma consequência quantitativa, mas também qualitativa dos acordos firmados entre a classe trabalhadora e a classe capitalista.

Figura 20- Taxa de sindicalização, 1973-2011



Fonte: Economic Policy Institute (2012)

Na figura 21 é apresentado o impacto da sindicalização nos benefícios de licenças remuneradas, das pensões e aposentarias, e da cobertura médica, assim como apresenta os seus custos gerados aos empregadores. A tabela da figura 21 nos coloca em sua primeira linha que os trabalhadores sindicalizados têm uma probabilidade maior de obter tais benefícios em relação aos trabalhadores não sindicalizados, sendo de 3,2% para licença remunerada, 22,5% para planos de saúde e 18,3% para pensões. A tabela ainda coloca quanto custa a mais por hora de trabalho tais benefícios dos trabalhadores sindicalizados aos empregadores em relação aos trabalhadores não sindicalizados, dividindo entre duas razões a diferença dos custos; a incidência da sindicalização e a pela qualidade do benefício pago. Os valores da tabela colocam que os empregadores pagam a mais pelas horas trabalhadas quando há a sindicalização de seus empregados em 11,4% para a remuneração de licenças, em 56% nas pensões e aposentadorias e em 77,4% nos planos de saúde, sendo que 52,7% dos gastos a mais dos empregadores com saúde se refere à qualidade dos serviços colocados a disposição de seus empregados. O padrão de vida para a classe trabalhadora

gerados pela sindicalização não se limita àqueles trabalhadores sindicalizados, pois geralmente são repassados aqueles trabalhadores não sindicalizados através de diversos mecanismos que podem acabar por incidir sobre as instituições e normas sociais, como por exemplo, quando há taxas elevadas de sindicalização em uma mesma localidade geográfica. O relatório coloca ainda que a diferença do impacto da sindicalização para os trabalhadores das faixas de renda médias às mais baixas em relação aos trabalhadores de “colarinho branco” é maior, pois os trabalhadores em menores faixas de renda são capazes de promoverem uma elevação maior em seus salários nos acordos coletivos. Dessa forma, a atuação dos sindicatos é capaz de reduzir a desigualdade social, pois atua de forma mais incisiva sobre a remuneração das faixas de renda mais baixas, com também é capaz de reduzir o hiato entre a produtividade de seu trabalho e os salários reais que são remunerados pelo seu trabalho.

Figura 21- Tabela do impacto dos sindicatos em licenças remuneradas, pensões e planos de saúde

	Paid leave	Pension and retirement	Health insurance
<i>Union impact on benefit incidence</i>	3.2%	22.5%	18.3%
Union impact on benefit cost per hour			
<i>Total impact</i>	11.4%	56.0%	77.4%
<i>Impact of greater incidence</i>	3.4	28.4	24.7
<i>Impact of better benefit</i>	8.0	27.7	52.7

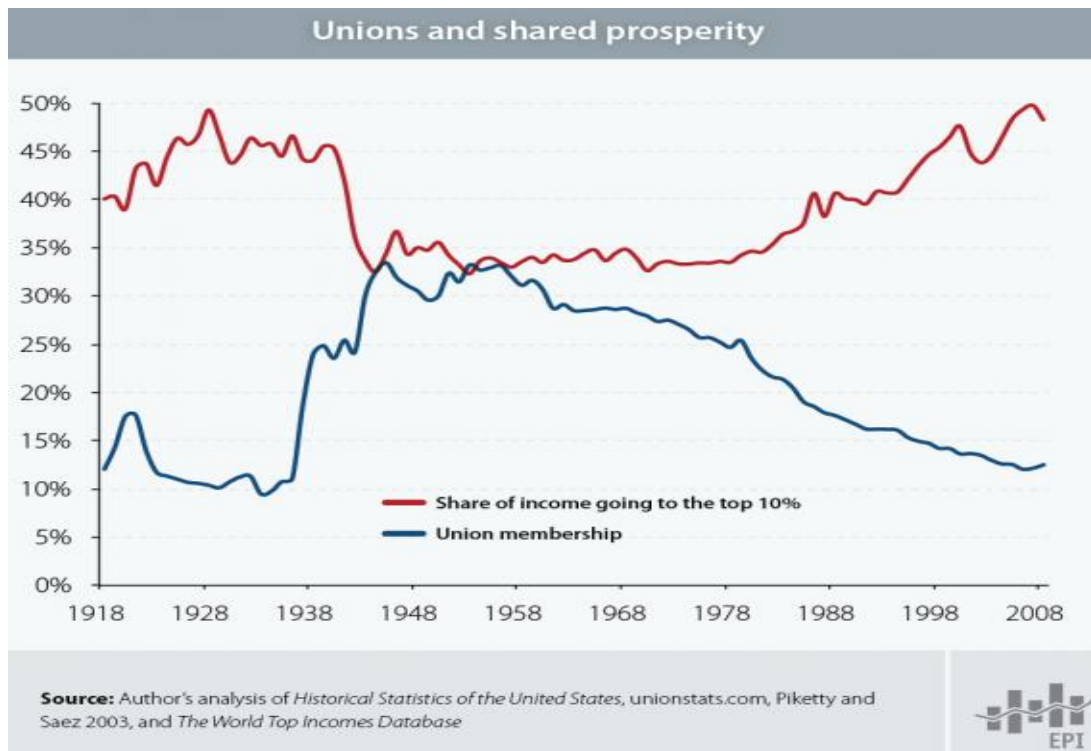
Source: Pierce (1999) and Mishel and Walters (2003, Table 3)

Fonte: Economic Policy Institute (2012)

Simultaneamente com a diminuição da taxa de sindicalização do país ocorre um aumento na desigualdade de renda a partir do final da década de 1970, logo o colapso do poder de barganha da classe trabalhadora se encontra em conjunto com o aumento da porcentagem da renda destinada aos mais ricos. A figura 22, retirada do *Economic Policy Institute* apresenta a relação inversa que ocorre entre taxa de sindicalização da população e a participação na renda total dos 10% do topo da pirâmide social nos Estados Unidos. Durante a Era de Ouro o poder de barganha da classe trabalhadora possibilitou lograr a diminuição da desigualdade social,

entretanto essa situação que parecia confortável a classe trabalhadora, foi brutalmente revertida com a perda de seu poder nos acordos coletivos no país. A flexibilização das relações de trabalho é imprescindível para o neoliberalismo, assim para conseguir implementar as reformas necessárias para concretizar as modificações propostas pela doutrina neoliberal, os sindicatos necessariamente precisavam ser enfraquecidos.

Figura 22- Taxa de sindicalização e a variação da participação na renda dos 10% mais ricos

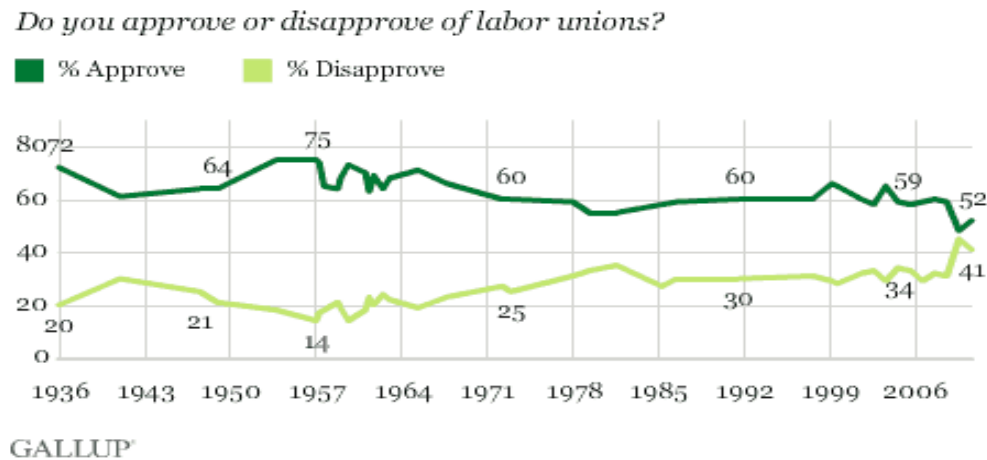


Fonte: Economic Policy Institute

A resposta do governo dos Estados Unidos da América à crise dos anos de 1970 provocou um ataque à organização sindical, pois essa era um empecilho a proposta de flexibilização das relações de trabalho. Não somente os sindicatos se tornariam mais impopulares do que já eram à classe capitalista, como também para classe trabalhadora as lutas promovidas pelos sindicatos passaram a terem uma rejeição maior. A figura 23, retirada do Instituto de pesquisa de opinião Gallupe, levanta a evolução da porcentagem de aprovação e reprovação na população dos Estados Unidos em relação aos sindicatos. Durante a década de crise de 1970, os níveis de reprovação dos sindicatos pela população aumentam significativamente, e por durante toda a

década de 1980 e 1990, a reprovação aos sindicatos permanece alta ao redor de 30% da população, ainda aumentando progressivamente para mais de 40% no ano de 2006. A Gallupe sugere como explicação para a diminuição da aprovação dos sindicatos durante a crise o aumento das taxas de desemprego no período, dado que as políticas dos sindicatos havia se concentrado em proteger apenas os seus membros, não sendo capazes de lograrem o apoio de parte da classe trabalhadora que se considerava excluída da estrutura sindical da época. O ataque que da política neoliberal aos sindicatos obteve sucesso em promover uma maior segregação entre a classe trabalhadora e diminuir o seu poder de barganha político nos acordos trabalhistas.

Figura 23- Pesquisa de opinião: Aprovação dos sindicatos



Fonte: Gallup

Dessa forma, com a análise apresentada desse capítulo, pode-se concluir que a diminuição do poder político dos sindicatos tem uma forte correlação com o aumento da desigualdade de renda nos Estados Unidos. O enfraquecimento do poder político da classe trabalhadora a colocou em uma situação de maior vulnerabilidade no sistema, com o aumento da pobreza e a deterioramento do seu padrão de vida. O descolamento entre ganhos em produtividade e aumento do salário real ocorreu concomitantemente com a reestruturação do sistema capitalista sob a doutrina neoliberal, assim se fez necessário para contornar a crise romper com ‘contrato social’ firmado na Era de Ouro do capital sendo que a sua ruptura acarretou em consequências muito desfavoráveis para a classe trabalhadora. As populações historicamente segregadas e as camadas mais pobres estão sendo brutalmente oprimidas pelo aumento do encarceramento e pelas péssimas condições colocadas a eles no acesso a saúde, sendo esses apenas alguns exemplos

expostos nesse capítulo sobre a situação de diminuição do nível da qualidade de vida que está colocada à população estadunidense. Em contrapartida, a classe capitalista está se apropriando de fatias cada vez maiores da renda total, ou seja, as consequências da implementação das políticas neoliberais de forma alguma se colocaram igualmente para ambas as classes, a classe trabalhadora teve de perder em nome da manutenção da classe capitalista.

4. O ESTADO NEOLIBERAL

Em Harvey (2005, p.40) o autor questiona: “So how, then, was sufficient consent generated to legitimize the neoliberal turn?”, e logo responde que os canais pelos quais ocorrem a legitimação do consenso neoliberal são muitos. A ideologia neoliberal se encontrava presente, no entanto adormecida durante as políticas do estado de bem-estar social; na academia, entre as grandes corporações, na mídia e entre numerosas instituições da sociedade civil. O movimento da ideologia neoliberal através dos mais diversos setores da sociedade pode ser consolidado dentro dos partidos políticos e lograr atingir as políticas de estado, sendo nos Estados Unidos da América representados pelo Partido Republicano. Harvey (2005, p.40) argumenta que: “[...] a programmatic attempt to advance the cause of individual freedoms could appeal to a mass base and so disguise the drive to restore power”. A retórica da liberdade individual foi amplamente explorada pela classe capitalista para lograr alcançar a restauração de seu poder através do Estado, segundo Harvey (2005, p.42): “By capturing ideals of individual freedom and turning them against the interventionist and regulatory practices of the state, capitalist class interest could hope to protect and even restore their position. Neoliberalism was well suited to this ideological.”

O neoliberalismo coloca que assim quando garantido a liberdade dos mercados cada indivíduo seria responsável pela suas ações e bem-estar, ou seja é através da livre interação entre as escolhas individuais que a pobreza acabaria por ser eliminada. No entanto, Harvey (2005) sugere que os teóricos do neoliberalismo suspeitam da democracia, a consideram como um “luxo” que só poderia vigorar em sociedades em que estivesse garantida a liberdade política, assim “Neoliberals prefer to insulate key institutions, such as the Central Bank, from democratic pressures” (HARVEY, 2005, p.66). Logo, coloca-se a grande contradição da ideologia neoliberal sugerida por Harvey (2005), a qual a liberdade individual não é compatível com a democracia. Havendo então diferentes tipos de liberdade, aquelas que promovem a ordem do sistema neoliberal e aquelas que o poderiam destruir. Desse modo, as organizações da classe trabalhadora não são passivas de liberdade, ao contrário são nocivas a ordem do sistema neoliberal e assim necessitam serem enfraquecidas em nome da ordem social do sistema.

Segundo Harvey (2005) as contradições encontradas na teoria do Estado Neoliberal são muitas, sendo que a ideologia neoliberal não se preocupa em entender o sistema capitalista, mas sim apenas propõe diferentes meios para a legitimação da existência da classe capitalista. Desse

modo, Harvey (2005) relata em seu livro as grandes contradições presentes na teoria do Estado Neoliberal, como por exemplo, a formação de grandes conglomerados industriais e a teoria das falhas dos mercados, no entanto é o que o Estado Neoliberal impôs a relação de classe a sua consequência mais importante em ser relatada. Longe de eliminar a pobreza, como exposto no Capítulo 2, a emergência do Estado Neoliberal colocou a necessidade de ampliar o controle social, pois a dissolução do estado de bem-estar social poderia trazer perigos a ordem por ele estabelecida: a revolta popular, coloca-se então que mesmo sob a democracia é necessário para a manutenção da ordem neoliberal mecanismos que contenham as forças democráticas de contestação da ordem estabelecida. Assim, sobre a maior contradição do Estado Neoliberal Harvey (2005, p. 69) coloca:

A contradiction arises between a seductive but alienating possessive individualism on the one hand and the desire for a meaningful collective life on the other. While individuals are supposedly free to choose, they are not supposed to choose to construct strong collective institutions (such as trade unions) as opposed to weak voluntary associations (like charitable organizations). They most certainly should not choose to associate to create political parties with the aim of forcing the state to intervene in or eliminate the market. To guard against their greatest fears—fascism, communism, socialism, authoritarian populism, and even majority rule—the neoliberals have to put strong limits on democratic governance, relying instead upon undemocratic and unaccountable institutions (such as the Federal Reserve or the IMF) to make key decisions. This creates the paradox of intense state interventions and government by elites and ‘experts’ in a world where the state is supposed not to be interventionist.

Dessa forma, o Estado Neoliberal é forçado a intervir para promover as suas concepções políticas, muitas vezes de forma repressiva, assim negando a própria essência de sua ideologia a do não intervencionismo e a da liberdade individual. O período no qual o Estado Neoliberal se tornou hegemônico também é o período no qual ocorre o enfraquecimento do poder intervenção do Estado. Segundo Guttmann (1994) a agenda do governo de Reagan foi bem sucedida em enfraquecer a capacidade de intervenção do Estado, sendo que: “[h]uge budget deficits made it much more difficult for his successors to launch new federal programs, no matter how great the need.” (GUTTMANN, 1994, p. 183). Entretanto, segundo Harvey (2005), o neoliberalismo não tornou as ações do Estado irrelevantes, mas reorientou o direcionamento de suas políticas no que diz respeito a balança de poder, entre coerção e consenso, entre acumulação de capital e movimentos populares, entre o autoritarismo do mercado auto-regulado e democracia social.

Assim como sob o estado neoliberal a balança de poder passou a pender para o lado do sistema financeiro.

4.1 A HEGEMONIA DO SISTEMA FINANCEIRO

As estruturas modernas das finanças passam a desenvolver sua posição assimétrica de poder já no século XIX, logo com a formação de grandes conglomerados industriais se aumentava os mecanismos de controle do sistema financeiro na economia, pois o setor financeiro é o qual detém os mecanismos de crédito que permitiam as fusões e o aumento da capacidade produtiva das empresas. No entanto, o advento da crise de 1929 provocou a reconfiguração do sistema, e assim o aumento do poder do sistema financeiro que vinha se desenvolvendo ao longo das décadas anteriores foi contestado pelos formuladores de políticas do governo, pela incapacidade do sistema liberal em impedir a catástrofe. De tal modo as políticas keynesianas após a crise vieram para controlar e balancear o poder do sistema financeiro, contornando pela intervenção estatal na economia as flutuações dos ciclos financeiros. Segundo Duménil e Lévy (2001, p.586):

Finance was convinced of the necessity of regulation, but the controls had to be defined and imposed by finance itself. Still, the new framework was implemented, constantly questioned, but well established. Thus, finance emerged from World War II strictly regulated, concerning, in particular, interest rates and the limitation of the financial activity of commercial banks. The managers of large corporations enjoyed a relative autonomy.

Durante a Era de Ouro a elasticidade da oferta monetária do sistema financeiro ocorria a partir da estrutura da moeda-crédito, na qual através de uma política do endividamento do Estado e do setor privado, proporcionou a diversificação das possibilidades de investimento produtivo. A moeda-crédito também foi responsável pelo aumento da demanda com o consumo das famílias principalmente através dos produtos do fordismo, os novos bens duráveis. A política do endividamento promovida pelas políticas do Estado, durante as décadas de 1950-60, promoveu o crescimento da dívida do setor público a taxas maiores que o aumento do PIB acarretando em sucessivos déficits orçamentários, no entanto tal déficit era financiado pela própria expansão da atividade econômica, permitindo que a sua ocorrência não gerasse maiores problemas. Assim, durante o período de 1946 a 1974, o endividamento do país aumentou de 400 bilhões para 2.500

bilhões (HUNT, 2005). Em conjunto com os déficits orçamentários, ocorria o déficit do Balanço de Pagamentos a partir do início da década de 1970, os quais ficaram conhecidos na literatura como os “déficits gêmeos”. Dessa forma, segundo Mattos (2009), durante os anos do ciclo expansivo da Era de Ouro, o déficit orçamentário do governo federal ficou conhecido como o “déficit sem choro”, pois fora capaz de propiciavam o aumento da demanda efetiva e da seguridade social, sem que tal política do endividamento acarretasse em maiores preocupações.

Com o advento da “estagflação” da década de 1970, os Estados Unidos da América para enfrentarem o problema da crise promoveram uma política monetária de cunho nacionalista para possibilitar restaurar a sua credibilidade internacional. Em 1979, com o aumento abrupto da taxa de juros interna passou a ocorrer uma inversão nos fluxos de capitais para dentro da economia doméstica, Serrano (2004) denominada a essa ação do governo dos Estados Unidos como “política do Dólar Forte”. Logo, com a recessão durante da década de 1970 o governo não seria mais capaz de financiar os “déficits gêmeos” pela expansão da economia, mas segundo Mattos (2009, p. 58) com a política do dólar forte foi possível financiá-los através da conta de capitais, ou seja, com o “esforço alheio” através da mudança do fluxo de capitais para dentro da economia estadunidense. De tal modo, o estoque de riqueza financeira foi ampliado em relação ao total do estoque de riqueza acumulada da economia. Entretanto segundo Serrano (2004):

Esse aumento [do déficit externo em conta corrente] levou diversos autores a pensarem que o objetivo da política de juros altos fosse atrair capital externo para financiar o déficit externo americano. No entanto, como o dólar era a moeda de pagamento internacional, isso de forma alguma era necessário. As impostações americanas em todo o pós-guerra e até os dias de hoje, mesmo de bens cujos preços não são denominados em dólar, sempre foram pagas em dólar, e, portanto, o déficit externo americano é sempre financiado na própria transação que o gera. Os fluxos de capitais afetam a taxa de câmbio, mas não a capacidade de financiamento do déficit externo. Além disso, [...] desde o fim da conversibilidade em ouro em 1971, os EUA deixaram de ter qualquer tipo de restrição externa e passaram a não se preocupar mais com a ocorrência de déficits em conta corrente. (SERRANO, 2004, p. 202)

Com o abrupto aumento da taxa de juros reais em 1979, a inflação dos Estados Unidos passa gradualmente a se desacelerar. Com o colapso do sistema de Breton Woods as incertezas e instabilidades se acentuaram no ambiente econômico, mas em um ambiente de taxas de câmbio flutuantes e com a desregulamentação do setor financeiro as dificuldades em compreender o que poderia acontecer com a economia por parte dos capitalistas e administradores foram ampliadas. Dessa maneira o investimento produtivo se apresentava inseguro, e o baixo risco que propiciava

as aplicações em títulos do tesouro dos Estados Unidos se apresentava extremamente atrativos aos capitais externos. A política do dólar forte acarretou em uma completa reorganização do sistema financeiro global com a “emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira” (HARVEY, 1992). Segundo Harvey (1992) a grande onda de desregulamentação e de inovações do sistema financeiro passou a ser um requisito imprescindível para a manutenção e ampliação de seu poder em escala mundial.

Em 1980 foi promulgado o decreto “Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act” pelo congresso nacional, o qual removeu entraves regulatórios à indústria bancária, no entanto aumentou o controle do FED sobre a criação monetária dos bancos privados. Segundo Guttman (1994, p. 198): “This was the most significant legislation since Roosevelt’s monetary reform of 1933-35 and a major first step toward constructing a new monetary regime.” Ainda segundo o autor, essa aparente contradição do novo decreto em desregulamentar o setor ao mesmo tempo em que aumenta o controle do Banco Central sobre a criação de moeda foi o que posteriormente acarretou na condição para as falhas do sistema elaborado, pois o governo se encontra desde então com o dilema de promover ambas as políticas simultaneamente. Após o decreto ocorreu um enorme aumento no número de instituições financeiras que passaram a deter acesso a janela de redesconto e aos serviços de pagamento do FED, assim também a nova legislação legalizou as operações do mercado de ativos de alta liquidez o que acarretou em um aumento das operações de curto prazo em detrimento das operações do longo prazo. Logo, todas as instituições depositárias passaram a poder criar moeda, assim, segundo Guttman (1994, p.199):

Even, though the law expanded the Fed’s control net over the banking system, it introduced new difficulties for the effective conduct of money policy. These arose in particular from de various provisions of deregulation. The legalization of ‘near money’ deposits made accurate targeting of monetary aggregates more difficult.

A nova legislação promove uma intensificação do antagonismo entre o setor privado bancário e o controle dos meios de pagamento por parte das autoridades monetárias, durante esse período os bancos privados passaram a competirem mais intensamente pelos fundos. No entanto, isso não ocorreu em um ambiente de taxas de juros baixas que passaram a serem oferecidos acima da CELIC pelo banco central. Logo, os fundos se tornam mais caros e as instituições financeiras muito mais suscetíveis às flutuações das taxas de juros. Dessa maneira, as instituições

bancárias passam a preferir oferecerem contratos com taxas de juros flutuantes ao invés de permanecerem com os contratos de taxas fixas juros, o que acarretou no aumento das operações financeiras de curto prazo. O processo de desregulamentação do sistema financeiro teve início na década de 1980, tendo sido concluído apenas em 2000.

A desregulamentação do sistema financeiro promoveu uma total modificação na estrutura de crédito da economia alterando o comportamento das variáveis monetárias. A política monetária passa a se concentrar em objetivos de austeridade econômica, controlando os déficits no Balanço de Pagamentos e a inflação interna. Assim, a década de 1980 será marcada por altas taxas reais de juros e inflação baixa e controlada. As taxas de juros, apesar de se apresentarem em declínio entre os anos de 1982 e 1987, ainda se encontravam com valores acima da taxa de inflação o que acarretava em taxas de juros reais acima dos 4%, um nível historicamente muito alto em comparação com os períodos precedentes. Essa abrupta diferença entre as taxas reais de juros do período levaram a uma modificação na estrutura do investimento na economia, os ativos financeiros se tornam muito mais atraentes para a expansão do capital que o investimento produtivo. Dessa forma, o aumento da taxa de juros real transferiu grande parte dos recursos da economia ao setor financeiro.

As taxas de juros devem ser encaradas como centrais na formação de preços no capitalismo, pois detém o poder de alterar as variáveis reais da economia. As empresas em vista do aumento dos riscos, em um ambiente de altas taxas reais de juros, se desviaram de investimentos de longo prazo e se concentraram em promover a valorização de suas ações no curto prazo. O conjunto entre a desregulamentação tanto industrial quanto do sistema financeiro e a política do dólar forte estimulou a reorientação geográfica das cadeias de investimento industrial, que passam a buscar formas mais flexíveis de trabalho e administração gerencial. Com a reorientação das políticas industriais o desemprego se acelerou internamente no início da década de 1980, assim a estrutura econômica que se formou sob a liderança do sistema financeiro foi capaz de modificar completamente a dinâmica do crescimento dos salários, como o demonstrado no capítulo anterior.

Segundo Harvey (1992) as inovações financeiras, com a emergência das novas tecnologias de comunicação e de informática, devem ser lembradas para compreender a nova estruturação do sistema financeiro global, assim a velocidade da informação e a introdução da moeda eletrônica formaram de maneira decisiva os mecanismos para a expansão da

financeirização do sistema capitalista nas últimas décadas do século XX. Segundo Harvey (1992) o sistema financeiro foi capaz de se integrar rapidamente no espaço e no tempo, abrindo o caminho para um único mercado mundial, assim argumenta Harvey (1992, p.154):

Esse ‘espantoso’ mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas [...], que terminam por funcionar como ‘formadores de mercado’ dominantes, enquanto os capitais industriais, mercantis e imobiliários se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começa os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses financeiros.

A onda de inovações e desregulamentação financeira acarretou em uma generalizada ‘busca de liquidez’, com os títulos do tesouro estadunidenses sendo os ativos de máxima segurança ao sistema financeiro mundial. Entretanto, a crescente instabilidade do sistema coloca dificuldades crescentes a capacidade de intervenção do Banco Central, e os recursos que em outro momento poderiam ser aplicados em investimento produtivo passam a buscarem a sua valorização dentro das possibilidades geradas pela desregulamentação financeira. A economia passa assim a uma fase de financeirização do sistema econômico global dentro do neoliberalismo. A ordem mundial apoiada na financeirização promove uma nova forma assimétrica de poder, na qual o sistema financeiro detém poderes ampliados em relação à política dos Estados.

Durante o período de altas taxas de juros e baixo dinamismo econômico, ocorre a deterioração dos gastos públicos com o crescimento da relação dívida pública/PIB. De tal maneira, os discursos de ataque às funções de políticas distributivas do Estado encontram uma perspectiva a época favorável para a ideologia neoliberal. Dessa forma, é fato que há uma forte correlação entre financeirização e neoliberalismo, no entanto, há uma complexidade em entender qual dos fenômenos foi capaz de ocasionar o surgimento do outro, ou se simplesmente ocorreram simultaneamente.

Segundo Duménil e Lévy (2001), o neoliberalismo é a expressão ideológica para a reafirmação de poder da classe financeira, assim são as finanças que ditam as formas de estruturação da internacionalização do sistema econômico proposto, e não a globalização que levou a financeirização do sistema. Ainda segundo os autores a classe financeira capitalistas sempre esteve lutando por sua dominância e pela perpetuação do sistema capitalista, os autores colocam que: “Thus, capitalism entered a new phase, that of neoliberalism, signalling the return of finance to hegemony” (DUMÉNIL; LÉVY, 2001, p. 587). De tal forma o Estado deteve um

papel essencial para que as finanças retomem seu papel hegemônico, pois as altas taxas de juros acarretam em sucessivos aumentos dos déficits públicos ocasionando a principal plataforma neoliberal de ataque às funções do Estado. Dessa forma então, os autores sugerem que foi a classe capitalista dentro do sistema financeiro que promoveu através da propagação da crença e da política neoliberal o mecanismo de reestruturação do seu poder.

O trabalho de Kotz (2008) nos sugere uma abordagem distinta da relação entre financeirização e neoliberalismo, para o autor não é financeirização que explica o surgimento do neoliberalismo, mas sim foi o neoliberalismo que possibilitou a financeirização da economia. O autor coloca dois importantes fenômenos que vieram junto com o sistema neoliberal, o distanciamento de poder em pró do setor financeiro em detrimento do setor não-financeiro, e a linha tênue de separação que surge entre os setores, sendo difícil de distinguir as operações que supostamente estariam a cargo em separado de cada um dos setores.

Segundo Kotz (2008): “In this era financial institutions, particularly the giants among them, broke out of their role as servant of nonfinancial capital accumulation to pursue their own profit through financial activity.” O autor nos coloca as dificuldades de supor que a classe capitalista do sistema financeiro, que em sua atuação durante a crise estrutural da década de 1970, foi a protagonista isolada do processo de neoliberalização em relação ao resto da classe capitalistas. Assim nos aponta que não há evidências de uma luta interna na classe dos capitalistas, sendo que a instalação do sistema neoliberal foi apoiada por toda a classe capitalista sobre a classe trabalhadora que se encontrava debilitada em seu poder político para resistir às reformas neoliberais. A luta de classe que se coloca não é uma competição intercapitalista, mas sim uma restauração de poder do total de uma classe, a classe capitalista. Segundo Kotz (2008), o período de grande aumento dos lucros e setor financeiro veio após a restauração neoliberal, assim, “Financial deregulation set the financial sector free, allowing the process of financialization to development. It appears that the beginning of neoliberal restructuring set the stage for financialization”.

O autor acrescenta que a financeirização, no entanto, não é meramente resultado do neoliberalismo, sua origem se encontra no desenvolvimento das grandes corporações capitalista. Com a centralização e a concentração do capital, as instituições financeiras possibilitaram que os riscos dos capitalistas pudessem ser divididos entre o setor industrial e o setor financeiro, enquanto a evolução do capitalismo tornava o capital ‘mais seguro’ através do desenvolvimento

das finanças, os riscos das inovações foram repassados diretamente aos trabalhadores. A financeirização é a resposta do capitalismo das grandes corporações, no entanto a tendência ao crescimento da especulação torna o setor financeiro extremamente vulnerável, dado a sua atual dominância sobre o estoque de riqueza da economia, torna o total do processo de acumulação instável.

Figura 24- Taxa de lucros do setor financeiro e não-financeiro, 1960-99

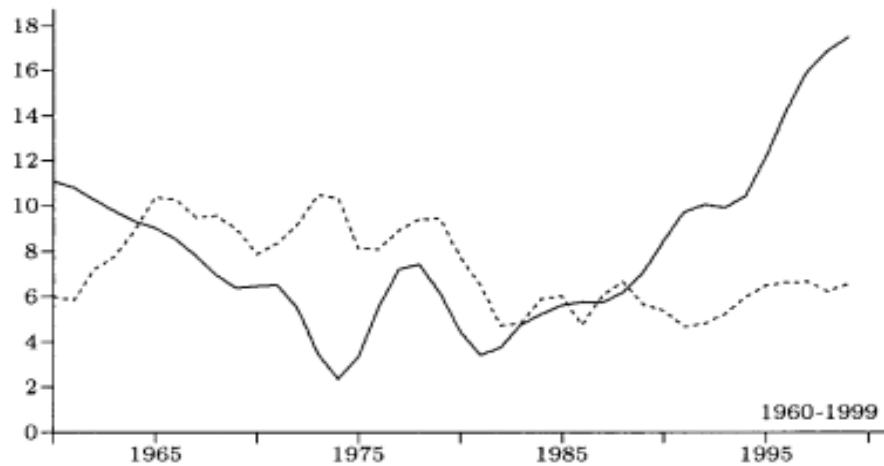


Figure 11 US: profit rate of non-financial (---) and financial corporation (—), %

Fonte: Duménil e Lévy (2001, p.599)

Mesmo com as divergências como ocorreu o processo de financeirização do capitalismo contemporâneo, uma tendência é clara, não há dúvidas quanto à concentração da riqueza nas finanças. O gráfico da figura 24 apresenta a evolução dessa tendência ao longo da última metade do século XX, o qual demonstra que o crescimento das taxas de lucro do setor financeiro foi muito maior que as do setor não financeiro após o advento das políticas neoliberais nos anos de 1980.

A desregulamentação do setor financeiro não gerou as bases para a ampliação dos seus lucros pela valorização das operações financeiras, mas sim a renda teria sido distribuída em favor do setor financeiro, assim segundo Duménil e Lévy (2001): “We do not suggest here that financial capital has acquired an intrinsic aptitude to valorization, but that the rise of interest rates biased capital allocation in favor of financial investment”. A dinâmica da acumulação do sistema capitalista na Era da financeirização acentua a assimetria de poder em pró da classe capitalista,

pois com a credibilidade da moeda em jogo, as barganhas políticas para promover o bem-estar de sua classe soam para a classe trabalhadora como a única alternativa viável para impedir a eminente catástrofe do sistema. A mercadoria moeda, como proposto em Polanyi (2000) é uma das mercadorias fictícias desenvolvidas pelo capitalismo, evoluiu no sistema capitalista para uma posição hegemônica de poder entre aqueles que a detém. E a financeirização vem a aumentar as contradições intrínsecas dos mecanismos de instáveis da reprodução capitalista. No entanto a instabilidade do sistema capitalista regido pelas finanças não provoca à classe capitalista receio ou é motivo de grandes preocupações, seu controle do sistema coloca as consequências dessa instabilidade para a classe trabalhadora, assim “Finance attempts to use its own institutions to obtain protection against these risks, thanks to its ability to withdraw, attempting to impose the consequences of these movements on others.” (DUMÉNIL; LÉVY, 2001, p.602).

4.2 O NEOLIBERALISMO E A RESTAURAÇÃO DE PODER

A volta do mercado auto-regulado significou a restauração de poder da classe capitalista. Os anos da Era de Ouro, no qual a democracia representativa detinha um papel central dentro do estado de bem-estar social, colocaram a classe capitalista sob a vigilância do Estado. A condição para a estabilidade social da Era de Ouro se amparava no “contrato social” no qual a classe capitalista também estava submetida. Entretanto, quando a acumulação de capital foi comprometida na década de crise de 1970 a classe capitalista desencadeou um ataque aos mecanismos do estado de bem-estar social de distribuição da renda, atacou as organizações dos trabalhadores, propagou uma campanha de manipulação das massas em conforme com os seus interesses e encontrou no Partido Republicano a aparato político que a recolocaria no comando da nação.

A classe capitalista encontrou dentro da doutrina neoliberal a possibilidades de ampliação do seu poder, no entanto, como anteriormente já colocado, essa ampliação promoveu uma reestruturação dentro da classe capitalista. Assim coloca Harvey (2005, p.31) que:

In the US, the rising power and significance of the financiers and the CEOs of large corporation, as well as the immense burst of activity in wholly new sectors (such as computing and the internet, media, and retailing) changed the locus of upper-class economic power significantly. While neoliberalization may have been about the restoration of class power, it has not necessarily meant the restoration of economic power to the same people.

Então, qual seria exatamente o significado de classe? Harvey (2005) sugere que esse é um conceito dúbio e complexo de se encontrar. Entretanto, sob o neoliberalismo esse conceito teria sido amplamente redefinido. A classe capitalista encontrou mecanismos de propagar o seu poder de diferentes formas, para assim manter a existência de seu poder enquanto classe, não sendo necessariamente que a sua restauração teria significado a volta ao poder dos mesmos setores dentro do processo de acumulação capitalista anteriores ao estado de bem-estar social. A classe capitalista teve de se reestruturar para assim manter o seu poder em imporem os seus interesses à classe trabalhadora. Dessa forma, foi dentro do sistema financeiro que a classe capitalista encontrou o seu mais sólido mecanismo de restauração de seu poder, assim “all this features of contemporary capitalism point to the crucial position of finance, at the centre of the neoliberal setting” (DUMÉNIL; LÉVY, 2001, p.579). No entanto, não foi somente através da financeirização da economia que a classe capitalista logrou a restauração de seu poder, os mecanismos foram diversos, como o surgimento do complexo industrial-militar durante a década de 1980 e a manipulação midiática a qual a classe trabalhadora é submetida.

4.2.1 O Complexo Industrial-Militar

“O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas”. (LUXEMBURG, 1988, p. 89), pois é capaz de estimular a demanda agregada sem que seja minimamente necessária alguma forma de redistribuição de renda. Segundo Guttman (1994), ao contrário das outras indústrias privadas, a indústria militar não está sujeita as flutuações dos mercados, pois ela possuiu uma demanda inelástica com apenas um grande comprador - o Pentágono. Na ausência da competição dos mercados, a indústria militar é um prato cheio para a ineficiência, podendo assim incumbir maiores lucros simplesmente aumentando seus preços os quais serão arcados pelo orçamento federal.

No governo de Reagan ocorre uma reorientação dos gastos sociais para os gastos militares, ou seja, “The rearmament program was thus also a means of government support for some of our largest corporation” (GUTTMANN, 1994, p. 169). Assim, a classe capitalista passa a abocanhar maiores parcelas da renda nacional que antes teriam sido direcionadas as políticas

sociais. Durante o governo de Reagan, promoveu-se uma enorme propaganda nacionalista em que se proclamava a urgente necessidade de combater o “império do mal” - a já debilitada URSS, dessa forma foi capaz de deter grande apoio popular ao seu programa de aumento dos gastos militares. Com a classe trabalhadora derrotada politicamente, como colocado anteriormente pelas políticas de enfraquecimento do sindicalismo, e ideologicamente, em que os ideias da classe capitalista são incorporados aos trabalhadores, o governo de Reagan foi capaz de convencer o: “Congress to approve fairly deep cuts in many antipoverty programs, above all food stamps, child nutrition, low-income housing assistance, student grants, and later also Medicaid.” (GUTTMANN, 1994, p.169).

Hunt (2005) coloca que talvez o militarismo e patriotismo sejam a forma mais eficiente de convencer a classe trabalhadora de que seus interesses seriam os mesmos que os da classe capitalista. Segundo Hunt (2005) foi possível que entre os anos de 1980 e 1987 que os gastos militares dos Estados Unidos mais que dobrassem, bem como se ampliou substancialmente o emprego nesse setor, chegando o Departamento de Defesa empregar entre os anos de 1981 e 1984 mais de 250 mil pessoas. Para Hunt (2005), não há dúvidas que o a prosperidade econômica do governo de Reagan teve como base o fortalecimento do complexo industrial-militar no país, sendo que ele é essencial a estrutura da economia estadunidense. A redução das atividades da indústria militar colocaria sérios problemas a economia do país, em especial para a classe trabalhadora, pois o complexo industrial-militar tornou regiões em nível de economia locais extremamente dependentes da expansão do militarismo. Assim, uma modificação nos gastos militares provocaria péssimas consequências à classe trabalhadora, podendo assim arruinar comunidades inteiras que se encontram atualmente com sua economia local entrelaçada diretamente à indústria militar.

Segundo Guttman (1994, p.169): “This military- industrial complex is largely exempt from market rules and operates more like a centrally planned economy.”, assim coloca-se que a prosperidade econômica da década de 1980 não foi promovida pela liberdade do mercado auto-regulado, mas sim esteve diretamente conectados com os gastos militares criados e demandados pelas políticas do Estado. Assim conclui-se que:

Sob a forma de encomenda material bélico feito pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavancada desse movimento rítmico e

automático da produção bélica capitalista, encontra-se em mãos do próprio capital - mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação de meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis por que esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. (LUXEMBURG, 1988, p.97)

4.2.2 A Coerção da Classe Trabalhadora

A construção do consenso neoliberal nos Estados Unidos da América ocorreu dentro da democracia representativa, ou seja, para que o neoliberalismo pudesse atingir as políticas de Estado é necessário que grande parte da população compartilhe do pensamento que a neoliberalização da economia é vantajosa, logo o consenso neoliberal logrou atingir os mais diferentes setores da nação estadunidense. Harvey (2005, p.39) coloca que é através do “senso comum” que se atinge o consenso, de tal forma que:

Common sense is de constructed out of long-standing practices of cultural socialization often rooted deep in regional or national traditions. It is not the same as a good sense that can be constructed out of critical engagement with the issues of the day. Common sense can, therefore, be profoundly misleading, obfuscating or disguising real problems under cultural prejudices. (HARVEY, 2005, p.39)

A palavra ‘liberdade’ amplamente utilizada pela retórica neoliberal conseguiu ser incisivamente congregada a compreensão do “senso comum” dos estadunidenses. Ou seja, o discurso hegemônico do neoliberalismo foi incorporado na forma como muitos interpretam e entendem o mundo. As concepções de liberdade individual são poderosas e apelativas, assim Harvey (2005) sugere que essa escolha de discurso foi extremamente sábia, pois foi capaz de ser incorporado de forma inquestionável aos ideais e valores “centrais da civilização” estadunidense. Coloca se que “O poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas na condição que dão poder às palavras criando a crença coletiva, ou seja, o desconhecimento coletivo do arbitrário da criação de valor que se consoma através de determinado uso das palavras.” (BOURDIEU, 2001, p.161), de tal forma a “liberdade” da retórica neoliberal foi posta em uma função central na manipulação da classe trabalhadora, sendo assim colocada como a justificação do mundo capitalista. Entretanto o papel que a “liberdade” coloca à classe trabalhadora é que:

Sua liberdade em face da força de sugestão da ordem existente reside justamente no fato de aceitar os ideais burgueses, sem transgredir com eles, quer se trate dos ideais que seus defensores ainda proclamam mesmo que desfigurados, quer se trate dos ideais que,

apesar de toda manipulação, ainda possam ser reconhecidos como o sentido objetivo das instituições, tanto técnica quanto culturais. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 227)

Ao transformar a ideologia de uma classe em senso comum foi possível a construção de o consenso neoliberal lograr a restauração de poder da classe capitalista. E assim, através da indústria cultural são propagados os mecanismos de coerção colocados à classe trabalhadora. Em Adorno e Horkheimer (1985), os autores colocam que quando a cultura não precisa mais expressar a arte, a produção de bens culturais não passa de um negócio que serve para propagar a ideologia que se destina a legitimar propositadamente o lixo que produz. Logo, a indústria cultural é justificada pela rentabilidade que produz sendo que se coloca assim a dúvida quanto à necessidade da produção social dos bens culturais. A indústria cultural se utiliza a partir dos seus padrões de repetição incumbir aos seus consumidores à ideologia que da classe capitalista, segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 116): “A unidade implacável da indústria cultural atesta a unidade em formação da política.” Para lograr atingir a todos a indústria cultural promove distinções ente seus produtos, no entanto, tal distinção muito pouco tem a ver com o seu conteúdo, mas sim está na utilidade em promover uma classificação por categorias de diferentes preços. Assim, “[o] esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre a mesma coisa.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116), dessa forma perpetuando a ilusão de que existe a possibilidade de escolha. A indústria cultural possibilitou ampliar os mecanismos de controle social, assim através da repetição excessiva dos valores da ideologia neoliberal propagados pela mídia os interesses da classe capitalista puderem ser incorporados ao senso comum da classe trabalhadora. De tal forma coloca-se que:

Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O qual não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada em si mesma. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114)

5. CONCLUSÃO

A ideologia neoliberal dominou o debate econômico nos anos subsequentes a crise que se deflagrou durante a década de 1970, tornando-se hegemônica foi determinante no processo de desmantelamento do estado de bem-estar social que havia predominado durante a Era de Ouro do capitalismo. Compreende-se que a ideologia da classe capitalista é construída concomitantemente com as necessidades da evolução do sistema capitalista. A ideologia neoliberal veio justificar a volta do mercado auto-regulado. Segundo Foley: “This mainstream is a complicated phenomenon. Its inherits from the marginalist, neoclassical tradition the method of analyzing economic phenomena from an individualist point of view, seeking to explain social phenomena as the outcome of individual decision.” (FOLEY, 1989, p.1), e “[t]he mainstream consensus is reluctant to entertain or even grasp theories that concern emergent social phenomena, especially class.” (FOLEY, 1989, p.2).

Na história recente dos Estados Unidos da América, o advento das políticas neoliberais demonstrou claramente quais foram as consequências que a volta do mercado auto-regulado impôs à classe trabalhadora. Passou a ocorrer à volta dos enormes níveis de concentração de renda do início do século XX; tornou-se a população mais vulnerável à pobreza e as suas consequências, e diminuiu significativamente o poder político da classe trabalhadora através do desmantelamento dos sindicatos, de tal forma Harvey (2005) coloca que:

I cannot convince anyone by philosophical arguments that the neoliberal regime of right is unjust. But the objection to this regime of right is quite simple: to accept it is to accept that we have no alternative except to live under a regime of endless capital accumulation and economic growth no matter what the social, ecological, or political consequences. (HARVEY, 2005, p.181)

Durante a Era de Ouro do capital foi possível internalizar através das políticas do estado de bem-estar social, o antagonismo entre capital e trabalho. Assim, esse período representou uma Era de prosperidade sem precedentes, em que a classe trabalhadora logrou melhorar o seu padrão de vida em conforme com os seus ganhos de produtividade, e assim como, as políticas do Estado foram capazes de reduzir significativamente a desigualdade e a pobreza nos Estado Unidos da América. A classe trabalhadora detinha durante a Era de Ouro um forte poder político, concebido dentro do “contrato social”, em que lograva barganhas políticas as quais conseguiam ampliar os

seus benefícios dentro das negociações coletivas entre sindicatos e empregadores. Parecia que nas décadas da Era de Ouro todas as classes poderiam ganhar com o capitalismo. Entretanto os anos de crise vieram a romper com o modo que estava colocado a distribuição da renda das décadas da Era de Ouro.

Os anos de crise da década de 1970 provocaram uma grande transformação, em que o antagonismo entre capital e trabalho não poderiam mais ser internalizados pelo Estado, pois só assim com o processo de dismantelamento do estado de bem-estar social a classe capitalista poderia voltar a exercer a sua função de domínio pleno de toda a distribuição da renda na economia. Com a crise, a classe capitalista passa por um período em que foi necessário reagir à situação a qual a estava sendo colocada pelo estado de bem-estar social, no qual eram regulamentadas as estruturas para a acumulação de capital. E assim em nome da continuação da reprodução do sistema capitalista, ou seja, em nome da sua própria existência, a classe capitalista impôs a volta do mercado auto-regulado. Dessa forma a classe trabalhadora foi derrotada no campo político e ideologicamente, tendo como resultado a deterioração do seu padrão de vida. A crise da década de 1970, não representou somente um freio à expansão econômica do período precedente, mas também representou a oportunidade para a classe capitalista restaurar o seu poder que se encontrava limitado pelas políticas do Estado.

O neoliberalismo foi a expressão ideológica da volta do sistema do mercado auto-regulado. As relações entre capital e trabalho sobre a lógica do mercado auto-regulado não é capaz de promover o crescimento econômico em conjunto com um nível compatível de distribuição de renda e de bem-estar social. E assim, quando rompido a tutela do Estado sobre a reprodução do sistema capitalista durante o final da década de 1970, o mercado auto-regulado passou novamente a concentrar a renda e promover a prosperidade material concomitantemente com a pobreza. O neoliberalismo representou os mecanismos que dentro da luta de classes, a classe capitalista foi capaz de fazer imporem os seus interesses sobre a classe trabalhadora. É importante ainda ressaltar que atual crise é reflexo direto da desregulamentação implementada pelas políticas neoliberais.

O antagonismo entre capital e trabalho coloca-se na esfera política através da luta de classes, nos quais os interesses de uma classe não são compatíveis com os interesses da outra. A classe capitalista reagiu às suas possíveis perdas durante aos anos de crise da década de 1970,

com a imposição autoritária da volta do mercado auto-regulado, cabe saber agora como a classe trabalhadora irá reagir às consequências da restauração de poder da classe capitalista?

Assim coloca-se que:

Os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro lado, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria “produção da vida” vigente, contra a “atividade total” sobre a qual se baseia. (MARX; ENGELS, 1996, p. 57)

Assim, somente a resistência da classe trabalhadora será capaz de reverter o processo de concentração da renda desencadeado pelo neoliberalismo. A luta de classes nos Estados Unidos da América é a maior batalha a ser travada por um mundo no qual o desenvolvimento das capacidades humanas esteja acima da expansão desenfreada do capital.

De tal modo coloca-se que o modelo do Estado Neoliberal dos Estados Unidos da América não seria um modelo a ser seguido, pois um modo de reprodução econômico que coloca a acumulação de capital e a prosperidade de poucos em detrimento de qualquer possível consequência que isso possa gerar a humanidade, não condiz com os propósitos de uma sociedade em que é o bem-estar geral de todos os seres humanos a condição necessária a alcançar pelo modo de reprodução econômico. Assim conclui-se com as reflexões de Rosa Luxemburg:

O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa à contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvido pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar a acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta. (LUXEMBURG, 1988, p.98)

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodo e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença – Contribuição para uma Economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2004

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Consumer Price Index**. Disponível em: <http://www.bls.gov/cpi/cpifaq.htm#Question_1>. Acesso em: 1 dez. 2012.

CHOMSKY, Noan. **Profit over People: Neoliberalism and Global Order**. New York, Toronto, London: Seven Stories Press, 1998.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. **Cost and benefits of neoliberalism. A Class analysis**. Review of International Political Economy 8:4 Winter, p.578-607. 2001. Disponível em: http://docenti2.unior.it/doc_db/doc_obj_20908_21-05-2011_4dd789cd38f6b.pdf Acesso em: 2 dez. 2012.

_____. **Neoliberal Income Trends: Wealth, Class and Ownership in the US**. New Left Review, p.105-133. 2004. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/30/gerard-dumenil-dominique-levy-neoliberal-income-trends>>. Acesso em: 3 dez 2012

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. **As Unions Decline, Inequality Rises**. 2012. Disponível em: <<http://www.epi.org/publication/unions-decline-inequality-rises/>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

_____. **The Impact of Health Care Financing on Family Budgets**. 1993. Disponível em: <http://www.epi.org/publication/epi_virlib_briefing_papers_1993_impacto/>. Acesso em: 2 dez. 2012

_____. **The Wedges Between Productivity and Median Compensation Growth**. 2012. Disponível em: <<http://www.epi.org/files/2012/ib330-productivity-vs-compensation.2012-04-26-16:45:37.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2012

_____. **Unions, Inequality, and Faltering Middle-class Wages**. 2012. Disponível em: <<http://www.epi.org/publication/ib342-unions-inequality-faltering-middle-class/>>. Acesso em: 2 dez. 2012

FIGLIORE, José Luís e MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FOLEY, Duncan. **Ideology and Methodology: Notes**. 1989. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/downloads>> Acesso em: 2 dez 2012

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Artenova S.A., 1977.

GALLUP. **U.S. Approval of Labor Unions Remains Near Record Low**. 2010. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/142007/Americans-Approval-Labor-Unions-RemainsNear-Record-Low.aspx>> Acesso em: 2 dez 2012.

_____. **Presidential Approval Ratings - Gallup Historical Statistics and Trends**. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/116677/presidential-approval-ratings-gallup-historicalstatistics-trends.aspx#2>> Acesso em: 2 dez 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUTTMANN, Robert. **How Credit-Money Shapes the Economy The United States in a Global System**. M. E. Sharpe. Place of Publication: Armonk, NY.,1994

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press Inc, 2005.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A Era dos Extremos, O Breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **O que é? – Índice de Gini.** Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 6 dez. 2012.

JUSTICE POLICY INSTITUTE. **About.** Disponível em: <<http://www.justicepolicy.org/About1.html>>. Acesso em: 2 dez 2012.

_____. **The punishing decade: Prison and Jail Estimates at the Millennium.** 2012. Disponível em: <http://www.justicepolicy.org/uploads/justicepolicy/documents/punishing_decade.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2012.

KOTZ, David M. **Neoliberalism and Financialization.** 2008. Disponível em: <http://people.umass.edu/dmkotz/Neolib_and_Fin_08_03.pdf> Acesso em: 2 dez 2012

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital, volume 2.** São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1988.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATOS, Fernando. **Flexibilização do Trabalho: Sintomas da Crise.** São Paulo, Annablume; Fapesp, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** 1998. Disponível em: <<http://www.mezzaros.comoj.com/?q=node/31>> Acesso em: 2 dez 2012.

PEW RESEARCHCENTER PUBLICATIONS. **In Showdown with Air Traffic Controllers, the Public Sided with Reagan.** Disponível em: <<http://pewresearch.org/pubs/1900/air-traffic-controllers-strike-public-sided-with-reagan>>. Acesso em: 2 dez 2012.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens da nossa Época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000

RONALD REAGAN. **Ronald Reagan Speaks Out Against Socialized Medicine**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fRdLpem-AAAs>. Acesso em: 2 dez

SCHMITTER, Philippe C. **Still the Century of Corporatism?** 1974. Disponível em: <<http://www.rochelleterman.com/ComparativeExam/sites/default/files/Bibliography%20and%20Summaries/Schmitter%201974.pdf>>. Acesso em: 2 dez 2012.

SERRANO, Franklin. **“Relações de poder e a política econômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível”**. In FIORE, José Luis(org.). **O Poder Americano**. Petrópoles: Vozes, 2004.

SICKO - \$O\$ Saúde. Direção: Michael Moore. São Paulo: Europe Filmes, 2007.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. **Economic Reports of the President: Truman (1947) to Obama**. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/economic_reports.php> Acesso em: 2 dez. 2012

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **How the Census Bureau Measures Poverty**. Disponível em: <<http://www.census.gov/hhes/www/poverty/about/overview/measure.html>>. Acesso em: 2 dez. 2012

_____. **Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2011**. 2012. Disponível em: <http://www.census.gov/prod/2012_pubs/p60-243.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2012

_____. **The Changing Shape Of The Nation's Income Distribution**. 2000. Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/2000pubs/p60-204.pdf>> Acesso em: 2 dez 2012.

